



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS**

**O USO DAS FORMAS DE TRATAMENTO EM CARTAS PORTUGUESAS DO SÉCULO
XIX**

Ana Luiza Neves Martins

Rio de Janeiro
2020

ANA LUIZA NEVES MARTINS

O USO DAS FORMAS DE TRATAMENTO EM CARTAS PORTUGUESAS DO SÉCULO
XIX

Monografia submetida à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras na habilitação Português/Literaturas.

Orientadora: Professora Doutora Célia Regina dos Santos Lopes

Rio de Janeiro
2020

SUMÁRIO:

1. Introdução	4
2. Estudo do tema.....	6
2.1 As formas de tratamento no passado.....	6
2.2 As formas de tratamento no PE contemporâneo.....	8
3. Pressupostos teórico-metodológicos.....	11
3.1 Sociolinguística Histórica.....	11
3.2 Teoria do Poder e da Solidariedade.....	12
3.3 O corpus	13
3.3.1 <i>O gênero carta privada.....</i>	<i>13</i>
3.3.2 <i>O corpus Post-Scriptum.....</i>	<i>14</i>
3.3.3 <i>Grupo de fatores</i>	<i>20</i>
4. Análise dos dados.....	24
4.1 Distribuição geral dos dados de formas de tratamento na posição de sujeito	24
4.1.1 <i>O uso do paradigma vós em cartas portuguesas: vós como 2ª pessoa do singular ou incompreensão das marcas desinenciais?</i>	<i>26</i>
4.2 O tratamento em cartas oitocentistas ao longo do tempo	28
4.3 Fatores linguísticos: uma análise do preenchimento do sujeito	30
4.4 Outros fatores extralinguísticos	32
4.4.1 <i>As formas de base nominal e sua distribuição cronológica</i>	<i>32</i>
4.4.2 <i>Relações e papéis sociais dos missivistas</i>	<i>34</i>
4.4.2.1 <i>O topo da pirâmide social: a utilização de formas nominais e os títulos sociais</i>	<i>35</i>
4.4.2.2 <i>Os trabalhadores e Vossa Mercê</i>	<i>41</i>
4.4.2.3 <i>Intimidade, familiaridade e o uso do tu</i>	<i>42</i>
5. Conclusão	47
6. Referências bibliográficas.....	48

1. INTRODUÇÃO

As formas de tratamento em Portugal são bastante complexas. Estudos como os de Nascimento, Mendes e Duarte (2018) e Guilherme e Bermejo (2015) nos revelam que há diversas maneiras de se referir ao interlocutor, seja através de pronomes ou de formas nominais. Quais seriam, então, as motivações para utilização de uma forma em detrimento de outra? Esse uso seria motivado por fatores linguísticos e/ou extralinguísticos?

Nascimento, Mendes e Duarte (2018) apontam, com base em *corpora* de língua falada, que o uso de *tu* é comum em situações de familiaridade e proximidade, enquanto o pronome *você* apresenta um uso muito “flutuante”, já que pode aparecer tanto em situações ofensivas quanto familiares. Isso possivelmente faz com que os falantes optem por omiti-lo, preferindo apenas a forma verbal em 3ª pessoa, como também é defendido por Guilherme e Bermejo (2015). Os autores afirmam que este pronome aparece somente em contextos muito específicos, como de um discurso relatado ou de zonas meridionais de Portugal. Todavia, como explicar este sentido no PE contemporâneo, visto que a origem do pronome remonta à forma *Vossa Mercê*, usada para se referir ao rei durante o século XIV? Quando se iniciou essa mudança na semântica do pronome, para hoje ser evitado na maioria das situações?

Para responder a essas perguntas, usamos os textos supracitados para levantar nossas hipóteses, e procuramos descrever as estratégias de referência à segunda pessoa do discurso utilizadas em cartas portuguesas do século XIX. Presente no projeto *Post-Scriptum*, o *corpus* é composto por cartas privadas escritas por portugueses de variados contextos e grupos sociais. Analisamos os fatores linguísticos e extralinguísticos que poderiam influenciar no uso das formas de tratamento, como o grupo social a que pertencia o destinatário, a década em que foi escrita, etc.

Nossa hipótese é de que a forma *tu*, no século controlado, apareceria em situações de intimidade e familiaridade, pois, como afirma Faraco (2017 [1996]), já nos séculos XV e XVI esta forma apresentava este valor. Por outro lado, as formas nominais ocorreriam em situações de distanciamento, além de marcar uma posição social elevada do interlocutor. A forma *Vossa Mercê*, da qual se origina *você*, ocuparia o lugar das classes sociais inferiores, visto que os secretários (FREIRE, 1823) nos mostravam que ela deveria ser usada quando o destinatário não tivesse nenhum título ou qualidade que o dignificasse a receber outros tratamentos nominais.

O presente trabalho encontra-se dividido em cinco partes, além desta primeira, na qual são apresentados o tema e as hipóteses da pesquisa. Na segunda parte – *Estudo do tema* –, há um panorama geral das principais pesquisas feitas sobre os tratamentos até o século XIX e na

contemporaneidade. No capítulo 3, explicamos a Sociolinguística Histórica (CONDE SILVESTRE, 2007), que serviu como pressuposto teórico para este estudo, bem como a Teoria do Poder e da Solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960). No quarto capítulo estão a descrição dos resultados e a análise dos dados, a partir de alguns fatores linguísticos e extralinguísticos considerados relevantes para a escolha das formas de tratamento. Por fim, no quinto capítulo, apresentamos as considerações finais da pesquisa.

2. ESTUDO DO TEMA

2.1 AS FORMAS DE TRATAMENTO NO PASSADO

A intrínseca relação entre língua e sociedade é claramente visível a partir da análise das formas de tratamento. Segundo Faraco (2017 [1996]), as mudanças nas relações sociais estão intimamente ligadas às mudanças nas formas de tratamento. Ao analisarmos a história do português, percebemos que as diversas transformações ocorridas na sociedade portuguesa medieval – como a ascensão da burguesia e a centralização do poder nas mãos do rei – foram fundamentais para que novas maneiras de se referir ao interlocutor fossem utilizadas. Todavia, para entendermos como se configurava o sistema de tratamento do português europeu do século XIX, teremos que recuar no tempo para mostrar uma certa regularidade nos processos de mudança linguística. Voltemos à raiz das línguas românicas, o latim, pois foi daí que se originou o sistema de tratamento português.

Quando analisamos o sistema latino, encontramos a forma *tu* para o singular e *vós* para o plural. Entretanto, como afirma Koch (2008), uma das maneiras de proteger a “face negativa” do interlocutor – de acordo com o conceito de Brown e Levinson (1987) – é a pluralização dos pronomes pessoais. O tratamento V, segundo o autor, seria usado para indicar um grupo mais amplo, a fim de que não haja referência direta ao interlocutor, protegendo sua “face negativa”. Dessa forma, o latim passa a utilizar *vós* também para o singular em contextos de cortesia. A partir do século IV, então, tem-se como referência ao interlocutor singular, no latim, o *tu* para situações informais, e o *vós* em contextos formais, inclusive para tratamento ao rei.

Muitas línguas que possuem o latim como raiz herdaram esse sistema dual. Na língua portuguesa não foi diferente: o *tu* e *vós* foram usados em distribuição complementar até a primeira metade do século XIV, como afirmara Machado (2006). Mas, nesta época, surgem novas maneiras de se referir ao interlocutor, seja em contextos formais ou informais. Para entender estas mudanças linguísticas, é preciso recorrer à mudança social, elemento variável que ajuda a explicar as transformações ocorridas na língua, segundo Meillet (*apud* FARACO, 2017 [1996]).

Segundo Faraco (2017 [1996]), a forma *tu* era utilizada, como comentado anteriormente, para situações familiares. Já o *vós* era uma estratégia respeitosa, sendo utilizada para referência ao rei. Não obstante, esta forma passa por um espraiamento de seu uso ao ser empregada a pessoas de outros níveis e contextos sociais, e não somente ao rei. Tal ampliação de uso, entretanto, leva a um desbotamento semântico da estratégia de tratamento. Assim, a realeza não aceita mais o tratamento por *vós*, visto que deseja ter uma forma específica de referência. É

neste momento que formas como *Vossa Mercê* – que tem sua mais antiga aparição em 1331, de acordo com Faraco (2017 [1996]) – e *Vossa Senhoria* ganham força. Ambas eram associações metonímicas que faziam menção à mercê e ao senhorio do rei, respectivamente. É importante destacar que associações como essa não eram inéditas, pois no século II, em latim, já existiam formas como *maiestas tua*, *clementia vestra*, como aponta Koch (2008).

As formas nominais de tratamento *Vossa Mercê* e *Vossa Senhoria* também tiveram um acelerado aumento no seu uso, já que

se transformaram nas formas habituais do tratamento não íntimo entre iguais na aristocracia, a qual, por sua vez, costumava exigir o uso dessas formas por parte das pessoas de status social inferior (serviçais, subordinados, artesãos, etc.), abrindo espaço para a extensão de uso de algumas dessas formas. (FARACO, [1996] 2017, p.118).

Assim como aconteceu com o *vós*, as formas de base nominal foram perdendo sua força pragmática de distanciamento. É preciso, então, que o rei Felipe I, em 1597, crie a *lei de cortesia*, na qual estabelecia o tratamento para referência ao rei, à família real, etc, como visto no quadro de Souza (2012, p.28):

Vossa Majestade	Vossa Alteza	Vossa Excelência	Vossa Senhoria	Vossa Mercê
Rei e rainha.	Príncipes e sucessores.	Sucessores dos infantes e para o Duque de Bragança.	Clero.	Encerramento de cartas.

Portanto, percebe-se que a forma *Vossa Mercê* perde o seu caráter majestoso e começa a ser utilizado pela burguesia e nobreza como uma forma que se opõe ao *tu*, de acordo com Faraco (2017[1996]). Nos séculos seguintes, *Vossa Mercê* inicia seu processo de gramaticalização, (*Vossa Mercê* > *Você*), em um processo “de cima para baixo”, como afirmara Rumeu (2013). Desse modo, sempre que uma forma tinha seu uso ampliado para outras classes sociais, eram abandonadas pelas classes mais altas e novas formas surgiam. Vejamos, então, como as formas de tratamento se comportam hoje em dia. Será que há resquícios em *você* da semântica de deferência presente na forma originária *Vossa Mercê*?

2.2 AS FORMAS DE TRATAMENTO NO PE CONTEMPORÂNEO

Ao estudarmos o português europeu contemporâneo, notamos que a utilização das formas de tratamento continua sendo extremamente complexa. De acordo com Nascimento, Mendes e Duarte (2018), enquanto no português brasileiro, *tu* e *você*, geralmente, são variantes que se distribuem diferentemente pelas regiões do país, em Portugal esses dois tratamentos estão em distribuição complementar, porque não são usados nos mesmos contextos. Há de se destacar, ainda, a manutenção de um elenco rico de formas de base nominal para se referir ao interlocutor. Vale, então, fazermos um panorama do quadro tratamental contemporâneo para, finalmente, partirmos para o século XIX, a fim de entendermos se as questões do presente já eram significativas no século anterior; se, no período oitocentista, já havia uma grande complexidade na utilização dos tratamentos, como veremos que há hoje em Portugal; e se, principalmente, *Vossa Mercê* apresentava o mesmo comportamento que *você* apresenta atualmente.

Cintra (1986) afirma que a sociedade portuguesa é, ainda, bastante hierarquizada, por isso essa grande quantidade de formas de tratamento. Todavia, Gouveia (2008) mostra-nos que há uma profunda transformação em andamento. Para o autor,

estamos presentemente a sofrer as transformações da passagem de um sistema de face e solidariedade de base hierárquica e deferencial para um sistema de base igualitária e de envolvimento. [...] No segundo, o de base igualitária e de envolvimento, que diria pós-tradicional, os actores sociais não sentem que existam diferenças de poder e de envolvimento entre as pessoas com quem interagem e codificam as suas relações em termos de proximidade e de familiaridade. (GOUVEIA, 2008, p.97-98)

Valendo-se, então, da construção dessas novas relações de bases igualitárias, Nascimento, Mendes e Duarte (2018) comprovam, com base na análise dos dados retirados da língua falada espontânea, que pessoas mais jovens, hoje em dia, tendem a usar o *tu* mais frequentemente, até mesmo com quem não têm intimidade, além da utilização em situações de familiaridade e intimidade entre os falantes.

Já as formas nominais são uma classe aberta, como declaram as autoras. Podem indicar proximidade ao usarmos formas de parentesco – *pai*, *mãe*, *tia*, etc. -, ou até mesmo muita formalidade, como *Vossa Excelência*, *Vossa Reverendíssima*. Essas últimas são utilizadas em situações mais solenes, porém estão em desuso na fala. Pratas (2017) mostra-nos, com base em pesquisa com 77 falantes nativos do PE, que as formas nominais, como *senhor* e *senhora*, são preferidas em situações de maior cortesia e deferência.

O pronome *vós* como referência à segunda pessoa do singular também caiu em desuso, e só aparece em dialetos muito conservadores e discursos que fazem referência a Deus ou a entidades religiosas, como afirmado por Nascimento, Mendes e Duarte (2018).

É preciso destacar, ainda, as diferenças quanto ao uso de *você*, resultante da forma nominal *Vossa Mercê*, em Portugal e no Brasil. Enquanto no Brasil tal forma tornou-se uma variante de segunda pessoa do singular bastante usual coexistindo ao lado de *tu*, em Portugal, encontramos uma grande complexidade quanto o seu emprego e um comportamento bem distinto. De acordo com Guilherme e Bermejo (2015), “*você* apresenta-se como um pronome de tratamento algo heterogêneo quanto aos valores que veicula. Isto porque, e seguindo nisto Faria (2009), os parâmetros que definem a seleção desta forma de tratamento estão pouco fixados entre os falantes.” (p.170).

Sendo assim, não há um consenso de qual é a interpretação que o interlocutor terá ao ser abordado por *você*. Nascimento, Mendes e Duarte (2018) afirmam que esta forma pode ser usada tanto em situações familiares, como em situações mais respeitadas ou até mesmo ofensivas. Lešková (2012) mostra, em sua pesquisa com 88 portugueses, que mais de um terço dos entrevistados costuma ofender-se quando tratados por *você*. Essa diversidade no uso de *você* faz com que os falantes nativos prefiram, muitas vezes, não utilizar esta forma, optando pela sua omissão e pela utilização da desinência de 3ª pessoa do singular (LEŠKOVÁ, 2012; PRATAS, 2017; NASCIMENTO, MENDES E DUARTE, 2018; GUILHERME E BERMEJO, 2015).

Sendo assim, há poucos exemplos do pronome *você* na fala portuguesa contemporânea, tendo seu uso restrito a casos muito específicos do discurso. Guilherme e Bermejo (2015) apontam para a ocorrência em exemplos de discursos relatados, como em:

(1) Nós chegamos lá, disse: “Ó patrão, *você* o que é que tem?”¹

Nascimento, Mendes e Duarte (2018) levantam, com base em *corpora* de gravações da língua falada, outros usos pontuais do pronome: como forma de respeito em certas regiões rurais, ou em classes mais elevadas, que tratam familiares por *você*, mostrando intimidade. Por fim, as autoras apontam para a possibilidade de que “o uso mais frequente de *você* corresponda à necessidade de suprir a ausência de um pronome de 2ª pessoa a usar em conversas informais,

¹ Exemplo retirado do próprio texto “Quão cortês é você? O pronome de tratamento você em Português Europeu”, de Guilherme e Bermejo (2015), p.175.

mas sem intimidade, opondo-se, portanto, ao pronome *tu*” (2018, p.251), questão também defendida por Lešková (2012).

Portanto, percebemos que *você*

não parece ajustar-se a nenhuma semântica do tratamento, pois não aparenta conseguir ocupar o lugar deixado pelo desaparecimento de *vós* no paradigma da cortesia nem consegue rivalizar com o afetuoso *tu* (FARIA, 2009). Isto é, *você* aparenta ser um pronome marginalizado no sistema de tratamento em português. (GUILHERME E BERMEJO, 2015, p.178)

Desta forma, *você* possui, hoje, um uso desajustado, sendo evitado na maioria dos contextos. Mas como explicar esta ruptura no seu sentido, já que *Vossa Mercê*, forma originária do pronome, é utilizada no século XIV para se referir ao rei, passando, como afirmara Rumeu (2013), às outras classes (nobreza, burguesia e plebe) nos séculos seguintes? O que ocasionou e quando ocorreu o início dessa mudança na semântica de *você*, para que hoje fosse evitado? O objetivo das próximas seções é, então, analisar as formas de tratamento do século XIX para justamente responder estas questões.

3. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

3.1 SOCIOLINGUÍSTICA HISTÓRICA

A presente pesquisa tem como base os pressupostos da Sociolinguística histórica (CONDE SILVESTRE, 2007), bem como a *Teoria do Poder e da Solidariedade* (BROWN; GILMAN, 1960).

A Sociolinguística histórica, apesar de ser uma subdisciplina da sociolinguística laboviana, tem seus próprios objetivos, teorias e metodologias. Seu objetivo é estudar, a partir de documentação escrita do passado, as mudanças linguísticas ocorridas ao longo do tempo, explicando-as a partir de "correlações entre fatores linguísticos e sociais" (GIMENO, 1983, p.184-185 *apud* CONDE SILVESTRE, 2007, p.35). O trabalho é feito com textos escritos recuperados por "azar", que, de acordo com Conde Silvestre, são restos de *corpora* muito mais amplos, por isso, possuem um caráter fragmentário, podendo ser tipológica e sociolinguisticamente representativos de uma época ou lugar. Assim, há uma grande dificuldade de se trabalhar com esses textos para a reconstrução das mudanças que operaram no passado, pois dependemos da sua sobrevivência ao longo dos séculos.

Para uma análise sob o viés da sociolinguística histórica, não basta utilizar a metodologia laboviana, como afirma Lopes *et al* (2018, p.40), já que há algumas dificuldades específicas da pesquisa com materiais do passado. É preciso, então, conhecer os princípios metodológicos levantados por Conde Silvestre em *Sociolinguística histórica* (2007), para entender como se dá o desenvolvimento desta presente pesquisa:

1. Princípio da uniformidade linguística: foi formulado, inicialmente, para o estudo da Geologia, já que os pesquisadores da área perceberam que poderiam inferir certos dados do passado observando dados do presente. No âmbito linguístico, Romaine (1982) afirma que as variações atuais que se manifestam de forma estruturada relacionada a determinadas variáveis independentes, também ocorriam no passado, já que, a partir dos fenômenos linguísticos do presente, é possível inferir fenômenos que ocorreram no passado.

2. A reconstrução do material linguístico histórico: como já comentado, a sociolinguística histórica trabalha com o material escrito que sobrevive em nossos acervos públicos e privados. Essas fontes também apresentam diversos tipos de variação. É claro que nem todos os textos do passado podem ser usados, em igual proporção, para o estudo da variação linguística, visto que há tipos textuais e gêneros mais propícios ao aparecimento de um ou outro fenômeno

variável. O pesquisador deve estar atento ainda ao controle de diferenças estilísticas como uma das estratégias para a melhor recuperação do vernáculo dos autores. Silvestre (2007, p.45) diz, então, que as melhores análises são fruto de textos que

passam ao meio escrito mudanças comunicativas que ocorreram ou poderiam ter ocorrido no meio oral pois, a princípio, este tipo de texto deveria manifestar um grau maior de variação e, por outro lado, facilitar a correlação das variantes linguísticas com as circunstâncias pessoais de seus emissores e receptores.²

3. A reconstrução do contexto social: a sociolinguística histórica precisa lidar com o problema da reconstrução do contexto em que determinado texto foi escrito. Hernández-Campoy & Schilling (2012, p.70) elencam este problema como uma das dificuldades desta disciplina, visto que há poucos dados das classes sociais dos missivistas e, sobretudo, de como era a organização social da época estudada. Esse incipiente conhecimento das características socioculturais e a falta de uma reconstrução eficiente pode fazer com que se caia em anacronismos, já que se projeta características do presente século para o passado.

3.2 TEORIA DO PODER E DA SOLIDARIEDADE

Além da Sociolinguística Histórica, nosso trabalho baseia-se também na *Teoria do Poder e da Solidariedade*, de Brown & Gilman (1960), para entendermos o tipo de relação estabelecida entre os missivistas, já que este é um dos fatores determinantes na escolha das formas de tratamento. Consoante aos estudos de Lopes *et al* (2018, p.40), esta teoria foi adotada porque a sociedade oitocentista portuguesa – foco do presente estudo – é bastante hierarquizada e marcada pelas relações de poder, como afirma Gouveia (2008).

Primeiramente, é preciso entendermos as nomenclaturas utilizadas por Brown e Gilman em *The pronouns of Power and Solidarity*. Para explicá-las, os autores retomam o latim, em que o *tu* era a forma singular e *vós*, plural. No quarto século, este paradigma sofre algumas alterações, visto que o *vós* passa a ser utilizado também como tratamento de referência a um único interlocutor para marcar deferência (BROWN; GILMAN, 1960, p.254). Então, os autores nomeiam *T* as formas menos polidas e de intimidade em oposição a *V*, que marca a polidez do discurso e distanciamento.

² “trasladan al medio escrito intercambios comunicativos que han ocurrido o podrían haber ocurrido en el medio oral pues, en principio, este tipo de textos debería manifestar un grado mayor de variación y, por otro lado, facilitar la correlación de las variables lingüísticas con las circunstancias personales de sus emissores y receptores.”

Nesse texto clássico, os autores estabelecem a dicotomia entre “poder e solidariedade” que determinam as relações sociais de sociedades hierarquizadas. A semântica do *poder* ocorre quando um indivíduo exerce poder e autoridade sobre o outro, ou seja, quando a relação entre eles é assimétrica. Dessa forma, “o superior fala *T* e recebe *V*” (Ibidem, p.255)³. Um exemplo de relação assimétrica é a que ocorre entre filhos e pais, ou entre súditos e reis.

Por outro lado, a semântica da *solidariedade* é aquela em que a relação é simétrica e solidária, de acordo com Brown & Gilman (Ibidem, p.285). Entretanto, os autores afirmam que essas relações podem variar em seu aspecto solidário, ou seja, elas podem ser mais ou menos solidárias, a depender do grau de intimidade entre os interlocutores. Como exemplo de relações menos solidárias, temos dois colegas de trabalho que, apesar de possuírem a mesma função, não possuem intimidade, o que se difere de uma relação entre amigos em que um não exerce poder sobre o outro e há intimidade entre eles. No primeiro caso, utiliza-se a forma *V*; no segundo, a forma *T*.

A *Teoria do Poder e da Solidariedade* foi fundamental para analisarmos os dados relativos às relações de solidariedade presentes em nosso corpus. Dividimos a relação entre os interlocutores entre relações assimétricas ascendentes (de inferior para superior), descendentes (de superior para inferior) e simétricas, como veremos na parte 4.4.2.3 [*Intimidade, familiaridade e o uso de tu*], presente na seção *Análise de Dados*.

Na próxima seção, abordaremos questões relativas ao gênero utilizado para o estudo e apresentaremos os grupos de fatores controlados para a análise dos dados.

3.3 O CORPUS

3.3.1 O gênero carta privada

Para uma análise das formas de tratamento utilizadas em Portugal durante o século XIX, era preciso um *corpus* em que o aparecimento de formas de referência à segunda pessoa do discurso fosse recorrente, o que é visto em fontes cujas situações são “dialógicas e interativas”, como afirmara Lopes *et al.* (2018, p.36).

Dessa forma, em nosso estudo, tomamos por base o gênero carta, visto que há, em certa medida, uma relação “dialógica” entre os missivistas que pode ser considerada pressuposta, já que o interlocutor não está fisicamente presente no momento da enunciação (BAKHTIN, 1997), mas é interpelado com perguntas e solicitações feitas pelo remetente.

³ “the superior says *T* and receives *V*”

Outra característica deste gênero é a espontaneidade, pois, de acordo com Lopes *et al.* (2018, p.37), “a carta pessoal guarda traços de proximidade comunicativa entre os interlocutores, o que evidencia o uso da língua em situação de maior espontaneidade.” Além disso, a carta, como destacara Jucker e Taavitsainen (2003, p.9, *apud* GUILHERME; BERMEJO, 2015, p.172), “isenta os autores de um certo protocolo e permite-lhes escrever com maior liberdade, abrindo o caminho a alguma variação.” Dessa forma, o texto torna-se mais natural, eximindo-se de uma rigidez formal própria dos textos escritos, pois a carta pessoal possui um tema íntimo e espontâneo, como assegurado por Koch (2008).

Contudo, mesmo com essas características, a carta não isenta os indivíduos de certos protocolos comportamentais concernentes à relação e ao papel que cada um ocupa na sociedade durante aquele período, já que é a relação entre os interlocutores que define as escolhas linguístico-discursivas utilizadas ao longo do texto (LOPES *et al.*, 2018).

Embora em termos conceptuais o gênero carta favoreça a presença de traços linguísticos mais próximos do que compreendemos como oral, em termos de estrutura do gênero, percebemos que há um padrão bastante conhecido por nós, ocidentais, como levantado por Souza (2012): data, local, saudação inicial, corpo do texto, despedida e a assinatura. Essas partes constitutivas são importantes por facilitarem, por exemplo, a identificação social da relação entre o missivista-destinatário, além do local de escritura e o momento no tempo: aspectos fundamentais para os estudos de sociolinguística histórica. Já em relação ao conteúdo, há grande variabilidade temática a depender do seu teor e de sua finalidade, como veremos mais adiante quando nos aprofundarmos no *corpus* escolhido para esta análise.

3.3.2 O *corpus* Post-Scriptum

As cartas analisadas neste estudo foram extraídas do projeto *Post-Scriptum*⁴ (doravante PS), coordenado pela professora Rita Marquilhas, da Universidade de Lisboa. O *corpus* é composto por cartas privadas escritas em Portugal e na Espanha entre os séculos XVI-XIX.

O material que consta do *corpus* PS é uma continuação do projeto *CARDS* (*Cartas desconhecidas*), cujo objetivo era editar cartas portuguesas privadas anteriores a 1900, como mostra Vaamonde (2015, p.58). O *Post-Scriptum*, então, incorpora os resultados portugueses, adicionando-os às cartas dos anos anteriores, além de acrescentar as cartas espanholas.

Para esta pesquisa, restringimo-nos às cartas portuguesas do século XIX, totalizando setecentos e vinte e sete cartas, que estão disponíveis no site do projeto tanto em edição crítica

⁴ <http://ps.clul.ul.pt/pt/index.php>

digital quanto o *corpus* linguisticamente anotado. Além disso, é possível encontrarmos também os *dados biográficos dos missivistas* – como ocupação, estado civil e parentesco –, *dados da carta* – data, lugar de origem e destino, resumo do conteúdo – e os *dados físicos do manuscrito* – descrição do suporte, estado de conservação etc. Esses dados presentes no site foram recuperados de processos judiciais da época (VAAMONDE, 2015, p.58)⁵, pois os tribunais da Idade Moderna utilizavam as cartas como prova de crimes.

Quando falamos especificamente dessas cartas portuguesas analisadas, encontramos uma diversidade muito grande quanto ao assunto das missivas: há aquelas que se propõem a dar notícias para algum amigo ou parente, outras que pedem dinheiro para ajudar a libertar um companheiro que está preso, outras ameaçam queimar os bens ou até mesmo matar o destinatário. Há ainda as cartas de amor, de amizade e as cartas que falam sobre a imprensa, sobre a justiça, falsificações, adultério, fraudes, viagens, guerra, etc.

O *corpus* se restringe, basicamente, a quatro décadas: 1800-1809, 1810-1819, 1820-1829 e 1830-1833. Mas, como se trata de um material histórico, e sua sobrevivência dá-se por “azar” (ou por sorte), como afirma Conde Silvestre (2007, p.36), a distribuição das cartas ao longo das décadas não é homogênea. Vejamos, então, como acontece essa divisão:

Décadas controladas	Número de cartas
1800-1809	36
1810-1819	150
1820-1829	467
1830-1833	74

Tabela 1. Corpus distribuído pelas décadas controladas

Na primeira década, de 1800-1809, encontramos trinta e seis cartas. Se dividirmos as missivas pelo tipo de carta, encontramos 28 cartas particulares, três entre familiares, quatro entre amigos e uma não identificada. Já com relação ao país de origem do remetente, temos oito cartas escritas no Brasil, três na França e dezenove em Portugal. Seis cartas não tinham informação da origem. É importante destacar que todos os remetentes eram portugueses, mas foram para outros países para estudar, trabalhar ou até mesmo deportados.

⁵ “Los tribunales de la Edad Moderna, tanto civiles como inquisitoriales, utilizaban la correspondencia privada como una prueba instrumental para condenar o exonerar a sus autores, a sus destinatarios o a otras personas relacionadas o mencionadas em el contenido de las misivas. Por tanto, buena parte de esta documentación se conservó hasta nuestros días archivada en el interior de procesos judiciales de la época.” (VAAMONDE, 2015, p.58)

Por fim, podemos fazer a divisão de acordo com o papel que o destinatário possuía na sociedade oitocentista ou com a relação que ele exercia com o remetente, o que, como veremos mais adiante, influenciará muito na escolha das formas de tratamento. A seguir, a tabela que representa essa divisão:

Relações e papéis sociais	Número de cartas
Militares	2
Justiça	4
Clero	4
Comerciante	1
Trabalhador autônomo	2
Outros	8
Amigos	5
Filho	1
Irmão	2

Tabela 2. Divisão das cartas da primeira década do século XIX de acordo com o papel ou relação social do destinatário.

O *corpus* retirado do Post-Scriptum possui destinatários de vários níveis relacionais com o remetente, além de terem também variados papéis sociais. De acordo com a tabela, encontramos, na primeira década selecionada, duas cartas para militares, quatro para membros da justiça, quatro para membros do clero, uma para comerciante, duas para trabalhador autônomo, cinco para amigos, um para filho e duas para irmão. Além disso, encontramos oito cartas em que não foi possível identificar a relação entre os missivistas, nem o estatuto do destinatário.⁶

Já em relação à segunda década levantada, de 1810 a 1819, temos 150 cartas no *corpus*. Destas, oito são cartas de amizade, treze de amor, 26 são cartas familiares, 98 particulares e duas são cartas anônimas. Apenas em três cartas não foram possíveis identificar os tipos a que pertenciam.

⁶ É importante destacarmos que há apenas 29 cartas levantadas em nossa tabela 2. Entretanto, na tabela 1, encontramos 36 cartas para a primeira década (1800-1809). Isso ocorre porque na tabela 2 levantamos os papéis sociais e as relações entre os missivistas apenas das cartas em que foram encontradas ocorrências de sujeito pleno e nulo em referência à segunda pessoa do discurso, pois eram esses dados os relevantes para a nossa pesquisa. O mesmo ocorre para as outras décadas levantadas nesta seção.

Foram escritas em diferentes espaços geográficos, como o continente africano (apenas uma carta). No Brasil, foram escritas oito cartas; em território espanhol e francês, uma carta em cada país. Em Gibraltar, seis cartas ao todo e em Portugal, 104 cartas. Por fim, 29 cartas não possuíam a informação da origem do remetente.

Se levarmos em consideração os papéis e relacionamentos estabelecidos pelo destinatário, encontramos uma grande diversidade, como visto na tabela 3 abaixo:

Relações e papéis sociais	Número de cartas
Militares	7
Justiça	5
Clero	5
Administração pública	5
Policiais	1
Ladrão	1
Comerciante	3
Negociante	6
Trabalhador autônomo	1
Outros	30
Amigos	17
Casal	15
Patrão	5
Pais	2
Irmãos	13
Filho	3
Conhecidos	1
Primos	3
Sobrinho	2
Parente	1

Tabela 3. Divisão das cartas da segunda década do século XIX de acordo com o papel ou relação social do destinatário.

A terceira década, de 1820-1829, é o período em que temos mais cartas analisadas, 467. Esse número diz respeito unicamente ao material encontrado e conservado até o momento, que

resistiram por “azar”⁷, como já comentado anteriormente. Destas, 37 são cartas anônimas, 40 de amizade, 22 de amor, 51 familiares, 305 particulares e 12 não puderam ter seus tipos identificados.

Foram escritas em sete países diferentes, a saber: Açores, Cabo Verde e Espanha (uma carta em cada região); Brasil (seis cartas), Inglaterra (sete), Macau (quatro) e Portugal (388). Não foi possível identificar o local de origem de 59 cartas desta década.

Ao analisar os papéis sociais, encontramos 17 tipos diferentes durante a década. Temos também 13 tipos de relações sociais estabelecidas entre os missivistas, como vemos na tabela 4:

Relações e papéis sociais	Número de cartas
Rei	5
Comerciante	6
Negociante	5
Militares	18
Justiça	26
Clero	18
Nobreza	7
Administração pública	5
Administração privada	3
Policiais	8
Porteiro real	3
Lavrador	5
Ladrão	2
Senhorio	3
Fazendeiro ou proprietário de terra	5
Trabalhador autônomo	5
Outros	132
Amigos	51
Sogro	1
Primo	2
Tio	5

⁷ CONDE SILVESTRE, 2007, p.36

Sobrinho	1
Cunhado	1
Casal	23
Patrão	3
Pais	5
Irmão	17
Compadre	2
Filhos	9
Conhecidos	3

Tabela 4. Divisão das cartas da terceira década do século XIX de acordo com o papel ou relação social do destinatário.

A última década levantada foi a de 1830-1833. No site do Projeto *Post-Scriptum* há apenas cartas dos primeiros anos, totalizando 74 cartas, das quais oito são familiares, oito de amizade, quatro de amor, nove anônimas e 39 particulares. Apenas seis não foram classificadas de acordo com o tipo de carta. Foram escritas, em sua maioria, em Portugal (59 cartas). Apenas uma foi escrita na França, e quatorze não tiveram informação sobre o local de origem.

Quando nos referimos à relação que o destinatário estabelece com o remetente, encontramos sete tipos. Já quando falamos do papel social que o destinatário ocupa na sociedade oitocentista, encontramos oito, como vemos:

Relações e papéis sociais	Número de cartas
Militares	3
Justiça	5
Clero	1
Administração pública	1
Policiais	1
Comerciante	3
Trabalhador autônomo	2
Outros	25
Amigo	4
Casal	6
Afilhado	4
Pais	2

Tios	3
Cunhados	2
Empregado	1

Tabela 5. Divisão das cartas da quarta década do século XIX de acordo com o papel ou relação social do destinatário.

Como se vê, o corpus não é homogêneo se for levado em conta a distribuição do número de cartas pelas décadas disponíveis, mas bem complexo em termos dos inúmeros papéis sociais exercidos pelos destinatários, o que certamente viabilizará uma análise bastante representativa da sociedade portuguesa dos oitocentos. Na próxima parte, apresentamos os grupos de fatores controlados em nosso estudo.

3.3.3 Grupo de fatores

Os grupos de fatores foram propostos para facilitar o levantamento e o controle dos dados, a fim de auxiliar no processo de análise dos resultados obtidos. Os dados foram codificados no Excel e submetidos ao programa Goldvarb-X para o cálculo das frequências brutas. Como eram diversas variantes de referência à segunda pessoa, as rodadas estatísticas se limitam à descrição das frequências de uso e não foram feitas análises do peso relativo de cada grupo de fatores controlado neste momento do estudo.

Foi considerada como variável dependente a forma de tratamento de base nominal e verbo-pronominal utilizada como sujeito nas cartas, ou seja, a forma concreta utilizada pelo missivista na escrita da carta. No primeiro grupo, estão as formas nominais e a variante *Vossa Mercê*, que foram analisadas separadamente para testar a hipótese de que *Vossa Mercê* já estava sofrendo forte desbotamento sociopragmático, perdendo o valor de distanciamento social e respeito típico das formas de base nominal. No segundo grupo, estariam o pronome *tu*, o pronome *vós* com referência ao singular, a forma *você*, além do sujeito de terceira pessoa sem referência definida na carta. Nos dois casos, foram controlados os sujeitos plenamente realizados e os sujeitos nulos. Seguem os exemplos das estratégias variantes:

- (2) [**tu**] não estavas em caza das primas (CARDS0018 – 1827)
- (3) [**Vmce**] he home eu sou molher (CARDS0001 – 1822)
- (4) Pois [**vosa senhoria**] non fica pobre e non le sosedera mal algum (CARDS0004 – 1825)
- (5) [**voce**] tem dislustrado a delicadeza com que se falava dos meus. (CARDS0164 – 1815)
- (6) logo que seja prezo [**sera**] revistado (CARDS0031 – 1832)

(7) mas só as alevio, quando veijo, os vosso mimozos cabelos q **[vós]** me destes (CARDS0077 – 1829)

Com relação às formas nominais, cabe destacar a existência de diferentes estratégias que foram agrupadas com essa designação geral para uma descrição panorâmica da amostra. Como dentro do grupo formas nominais há estratégias com valores diferentes a depender do maior ou menor distanciamento entre remetente e destinatário, as formas foram discriminadas e correlacionadas às relações de maior ou menor poder. Algumas das formas nominais são: *Vossa Alteza*, *Vossa Reverência*, *O Senhor*, *Meu Tio*, *Vossa Excelência*, etc.

Além da variável dependente, foram controladas as seguintes variáveis independentes: função sintática, forma nominal concreta, década, relações e funções sociais. A seguir, detalharemos cada um desses grupos:

(a) *Função sintática*: é primordial saber a função sintática que determinada forma ocupa na sentença. Restringindo-nos ao sujeito, dividimos apenas em (8) sujeito pleno ou (9) sujeito nulo. Importante ressaltar que não contabilizamos as formas de imperativo em ambos os casos. Também não levamos em consideração os vocativos.

Nossa hipótese é de que as formas nominais e *Vossa Mercê*, como seriam acompanhadas pelo verbo em terceira pessoa do singular, apresentariam a predominância do sujeito pleno. Já nas formas pronominais haveria a preferência pelo sujeito nulo. No caso de *você*, se tal estratégia se comportasse como pronome, ocorreria mais nula do que plena. Todavia, se ainda tivesse um comportamento associado ao tratamento *Vossa Mercê*, ocorreria mais pleno.

(8) porq lhe dice o tomas o q **[Vmce]** lhe dice na loje de mim (CARDS0001 – 1822)

(9) de Vmce o q lhe peço he q me não inscandelize pois **[cabe]** (=sabe) como eu estou (CARDS0001 – 1822)

(b) *Forma nominal concreta*: esse grupo de fatores era restrito às formas nominais. Essa divisão foi necessária para entendermos a utilização de cada forma nominal, visto que elas não apresentam uma homogeneidade no uso. Além disso, encontramos diversas formas em todo o corpus: (10) *Senhor Abade*; (11) *Vossa Ilustríssima*; (12) *Vossa Majestade*; (13) *Irmão Mestre*; (14) *Vossa Reverendíssima*; (15) *Meu amo*; (16) *Vossa Excelência*; (17) *Sua pessoa*; (18) *Vossa Senhora*; (19) *Senhor*; (20) *Tio*; (21) *Vossa Paternidade*; (22) *Vossa Alteza*; (23) prenome.

(10) ho Chuco lhe da a sua palabra de numca ho **[Senhor abade]** ser atacado i **[podera]** amdar como emte agora (CARDS5195 – 1823)

- (11) [**Vossa Illma**] tem caza (CARDS7146 – 1819)
- (12) [**Vossa Magestade**] as fizesse mais extensas (CARDS0259 – 1822)
- (13) me lizongea tanto na resposta que me deo quanto o [**Irmão Mestre**] me aflige com a sua (CARDS0231 – 1823)
- (14) asim [**Va Rma**] fara o que bem sabe e lhe parecer (CARDS0304 – 1825)
- (15) pois o [**meu amo**] bem sabe a turtura em que ma Thia me pos (CARDS6135 – 1826)
- (16) [**V Exa**] deve thomar em Comcederaçãõ dando aqlas Provedençias que forem percizas (CARDS0032 – 1831)
- (17) a [**sua pessoa**] pode viver discansada que jamais sofrera o menor encomodo (CARDS5243 – 1830)
- (18) quanto [**Vsa**] pessue (=possui) e razo e lanco fogo (CARDS0023 – 1823)
- (19) Eu foi o que vendi o setim aquele Homem que o [**snr**] mando prender (CARDS0134 – 1824)
- (20) Eu não percorava (=procurava) que a [**ma thia**] (=minha tia) me mandasse a letra do constarte (CARDS8138 – 1831)
- (21) [**V P**] (=Vossa Paternidade) tem tirado alguns Avizos pa alguns Minoristas deste Arcebisado tomarem ordens de subDiaconos (CARDS8015 – 1822)
- (22) [**Vossa Alteza**] podera collegir da narraçãõ seguinte (CARDS0317 – 1823)
- (23) [**Joze**] he hum maroto, desavergonhado o mais patife, e ensolente (CARDS7056 – 1816)

(c) *Década*: classificamos as cartas de acordo com a data de sua produção. Este fator extralinguístico é extremamente relevante para a pesquisa, pois temos como objetivo mostrar as formas de tratamento que eram mais predominantes em cada momento do tempo controlado. A hipótese era a de que as formas nominais iriam prevalecer nos períodos mais recuados do tempo, enquanto as formas pronominais, incluindo *você*, seriam mais produtivas nas cartas mais recentes. Foi dividido em quatro blocos: de 1800-1809; 1810-1819; 1820-1829 e 1830-1833.

(d) *Relações e funções sociais*: este fator é bastante complexo, pois trabalhamos com um *corpus* muito grande e variado. Por isso, foi necessário buscarmos, além das relações sociais entre os missivistas, a função social que o destinatário ocupava na sociedade oitocentista. A hipótese seria de que as formas de base nominal seriam predominantes em cargos de alto escalão social, enquanto as cartas mais íntimas entre familiares e amigos teriam o predomínio de *tu*. Na primeira codificação, levantamos todos as atuações identificadas no *corpus*, que depois foram

organizadas em três subgrupos hierárquicos diferentes, que serão explicados na seção *Análise de Dados*:

1. Cargos e títulos do alto escalão: (1.a) realeza; (1.b) nobreza; (1.c) clero; (1.d) judiciário; (1.e) administração pública; (1.f) administração privada; (1.g) esfera policial; (1.h) porteiro real; (1.i) patente militar.

2. Trabalhadores comerciais e agrícolas: (2.a) senhorio; (2.b) fazendeiro ou proprietário de terra); (2.c) lavrador; (2.d) trabalhador autônomo; (2.e) comerciante; (2.f) negociante; (2.g) empregado; (2.h) ladrão.

3. Intimidade e familiaridade: (3.a) amigos; (3.b) casal; (3.c) padrinho > afilhado; (3.d) pais > filhos; (3.e) filhos > pai; (3.f) irmãos; (3.g) compadres; (3.h) primos; (3.i) sobrinhos > tios; (3.j) cunhados; (3.k) conhecidos; (3.l) outros.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A presente seção tem como objetivo analisar os resultados relativos às formas de tratamento empregadas na posição de sujeito, através de um exame quantitativo e qualitativo das cartas portuguesas do século XIX. O intuito é identificar quais as formas de tratamento mais empregadas à época e que contextos podiam ser os motivadores do seu emprego no *corpus* em análise. Para tanto, serão observados alguns fatores linguísticos e extralinguísticos controlados, tais como o preenchimento do sujeito, o momento histórico em que a carta foi escrita e as relações sociais estabelecidas entre remetente e destinatário, já descritos na metodologia.

Apresentaremos, primeiramente, a distribuição geral dos dados na posição de sujeito, em que observamos as formas encontradas no *corpus* de maneira panorâmica, levando em conta as seguintes variantes: *tu*, *Vossa Mercê*, outras formas nominais, verbo na 3ª pessoa e *você*. Na sequência, mostraremos as formas de tratamento utilizadas nas décadas controladas, bem como os fatores linguísticos e extralinguísticos que podem ter influenciados no uso do tratamento nas cartas oitocentistas.

4.1 DISTRIBUIÇÃO GERAL DOS DADOS DE FORMAS DE TRATAMENTO NA POSIÇÃO DE SUJEITO

Para realizar uma análise da utilização das formas encontradas em cartas oitocentistas, restringimo-nos à posição de sujeito. Foram analisados 3061 dados retirados de 727 cartas privadas portuguesas do século XIX. Por ser um *corpus* amplo, encontramos uma diversidade muito grande de formas de tratamento, tanto de base nominal quanto pronominal. Além disso, há inúmeras variantes de um mesmo tratamento, como veremos ao longo do presente trabalho.

Neste primeiro levantamento dos dados, estamos considerando separadamente o tratamento *Vossa Mercê* e as outras formas nominais que serão analisadas mais adiante.

Como se vê na tabela 6, a estratégia mais frequente foi *Vossa Mercê* com 40,7% dos dados. Em seguida, temos a forma pronominal *Tu* com 27,8% e as formas nominais com 26,7%. Destaca-se ainda que o verbo na terceira pessoa do singular sem referência definida na carta e o tratamento *você* apresentaram frequências abaixo de 5%. Para o primeiro, tivemos apenas 3,5% de frequência e para o segundo 1,3%, como vemos na tabela abaixo:

Formas	Vossa Mercê	Tu	Formas Nominais	3ª pessoa	Você	Total
Total	1247	850	819	106	39	3061
%	40,7%	27,8%	26,7%	3,5%	1,3%	

Tabela 6. Resultado geral das formas de tratamento na posição de sujeito nas cartas portuguesas do século XIX.

Nota-se, nos exemplos indicados a seguir, as formas básicas levantadas com algumas das variantes encontradas na amostra. Para *Vossa Mercê*, por exemplo, identificamos a forma abreviada *Vmce*, em (24a), além de *vossa Merçe*, *Vocemece* e *sua mce*. Entre as formas nominais, em (26), incluem-se: *Vossa Senhoria* (*vosa Senhoia*, *bosa Senhoria*); *Vossa Excelência* (*V Excia*), *Senhor* (*Sr*), *Vossa Majestade* (*Vossa Magestade*), *Vossa Reverendíssima* (*V.R.*), entre tantas outras possibilidades que serão discutidas posteriormente:

(24) *Vossa Mercê*

- a) não esperava Receber e outros Creditos q [**Vmce**] dizia de mim (CARDS0228 – 1818)
- b) Quando [**vossa Merçe**] me apareceu com o Patram fiquei satisfeito (CARDS6050 – 1817)
- c) [**Vocemece**] anda muito aflicto, com as amiaças (CARDS6097 – 1821)
- d) [**sua mce**] conhesse mto bem estas Bestas (CARDS6109 – 1818)
- e) Para outras encomendas he melhor [**Vossa Mercê**] vir (CARDS6137 – 1825)

(25) Tu

- a) mas q [**tu**] tinhas feito mofa disso (CARDS0016 – 1827)
- b) [**tu**] nunca me fizeste asãm de me dar pancadas nem male algum (CARDS0173 – 1820)
- c) eu ca risebi a tua quarta qui nela me [**dizes**] qui teu conhado te pasu titulo de ladrõ (CARDS0173 – 1820)

(26) Formas nominais

- a) quem o ha de semtir he [**vosa Senhoia**] pois nom escapara o propio palaio e sendo o portador entrege podera [**bosa Senhoria**] ficar descamsada e sem susto Algum (CARDS0003 – 1825)
- b) [**V Exa**] deve thomar em Comcederaçã dando aqlas Provedençias que forem percizas (CARDS0032 – 1831)
- c) O [**Sr**] é o unico quem agora acho capaz (CARDS0285 – 1827)
- d) Vi a carta que [**V R**] se dignou deregirnos a mim (CARDS8038 – 1808)
- e) [**Vossa Magestade**] as fizesse mais extensas visto como he largo patente a raia (CARDS0259 – 1822)

(27) 3ª pessoa⁸

a) Logo que [] seja prezo [] Sera Revistado que dentro na Sua Carteira tera uma Carta de Constuição (CARDS0031 – 1832)

b) [] Sabera que na estallage dos Camilios esta hum bahuo (CARDS8053 – 1826)

(28) Você

a) porem [**voce**] não tera preça de me fallar (CARDS0164 – 1815)

b) e [**você**] como he dos do Paço da Rainha ha de ser dos primeiros (CARDS0168 – 1828)

4.1.1 O uso do paradigma *vós* em cartas portuguesas: *vós* como 2ª pessoa do singular ou incompreensão das marcas desinenciais?

É importante, ainda, destacar que foram identificados 15 dados de um *vós* arcaizante, utilizado para se referir a um único interlocutor/destinatário. Por serem poucos dados, não incluímos na tabela 1, mas apresentamos todas as ocorrências localizadas a seguir:

(29) Joaquim cá tive a notiça q [**fostes**] prezo (CARDS0045 - 1832)

(30) Com grande gosto Recebi a q me [**mandastes**], por me sertificares da tua boa saude (CARDS0054 – 1809)

(31) e o munto q estimei da clareza q [**mandastes**] a da dispeza que [**fizestes**] (CARDS0054 - 1809)

(32) como vejo no Rescunho que me [**deixastes ficar**], para em tudo concordar contigo o assigno (CARDS0055 – 1812)

(33) mandame dizer se está na cadeia desa Villa e so [**disestes**] q heras desertor (CARDS0149 - 1825)

(34) és paçador e de máo Sangue e ate [**metestes**] hum dezortor num Capitullo (CARDS6025 - 1821)

(35) aqui Recebi huma carta tua a qual estimei mto e vejo o q me dizes q já [**escrevestes**] outra a qual não Recebi (CARDS6303 – 1829)

(36) Juro a fe de Cristão que me has de pagar quanto me [**fizestes**] porque [**fostes**] a cauza da minha perdeção (CARDS7053 – 1818)

(37) Mas Só as Alevio, quando vejo, os vossos mimozos Cabelos q [**vós me destes**], para desfazer á vista deles, as minhas Lembranças (CARDS0077 – 1829)

⁸ Como afirmamos anteriormente, chamamos de 3ª pessoa todas as formas que não apresentam sujeito pleno. Dessa forma, possuem apenas o sujeito nulo com o verbo na 3ª pessoa do singular.

- (38) Minha filha li as voças cartas sigundo o q me [**dizeis**] (CARDS6312 - 1827)
- (39) eu cá ouvi dizer q qdo [**embarcástes**] do do Fayál q deitárão hum barco atrás de vos (CARDS7057 – 1823)
- (40) peçovos pello amor de Ds q se elle for para Lxa q [**vos não deis**] com ele (CARDS7057 - 1823)
- (41) Torno a dizer que [**vos não deis**] com qm hé cauza de eu estar viúva sem vós (CARDS7057 – 1823)

Como pode ser observado no elenco de exemplos, a maioria das ocorrências é de sujeito nulo com verbos no pretérito perfeito do indicativo. Tal observação é relevante porque, na verdade, esses casos podem não ser precisamente ocorrências do *vós* cortês medieval, mas apenas uma incerteza do missivista quanto às marcas desinenciais de segunda pessoa do singular e do plural. Como o português europeu é uma língua de sujeito nulo, a marca desinencial do verbo de segunda pessoa do singular *-s* sinaliza a pessoa do sujeito. O pretérito perfeito apresenta uma desinência diferente (*-ste*) para a segunda pessoa do singular (*tu*) que se opõe a *-stes* no plural (*vós*). Alguns autores chegam a considerar que tal desinência por só ocorrer em um único tempo verbal (pretérito perfeito) acumularia a noção de tempo e de pessoa gramatical. Assim, por hipótese, os escreventes/falantes do português europeu podem ter usado *-stes* não para indicar a segunda pessoa do plural, mas entendendo que *-ste* indicaria o pretérito perfeito e o *-s* marcaria a segunda pessoa *tu* (2SG). Dessa forma, nos casos de sujeito nulo, não teríamos dados de *vós*, mas ocorrências de *tu*.

Tal hipótese pode ser reiterada pelo fato de encontrarmos cartas em que predominam formas do paradigma de *tu* ao lado de verbos na 2ª pessoa do plural (2PL) do pretérito perfeito (*-stes*), como no exemplo abaixo:

- (42) eu não sepus a grande ajaneira que [**tu**] **fizestes** com a saída da caza das primas pois nunca [**fazes**] senão couzas q te deie proijo e desgostos pa mim (CARDS0019 – 1827)

Percebemos, na carta, o pronome *tu* seguido do verbo *fazer* conjugado na 2ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo. Logo depois há o verbo *fazer* na 2ª pessoa do singular do presente do indicativo, além do pronome *te*, referindo-se ao interlocutor.

No exemplo (30) também ocorre algo semelhante. Tem-se o verbo com desinência de segunda do plural [**mandastes**] e logo na sequência há um verbo com desinência de singular “*sertificares*” seguido do possessivo de 2SG “*tua*”. Em (32), do mesmo modo, temos a forma

de plural [**deixastes**], seguida de “*contigo*”. Em (35), encontramos: *tua, dizes* e, na sequência, [**escrevestes**]. Em (36), ocorre o mesmo: *has de pagar* (2SG) e depois [**fizestes**] e [**fostes**] (2PL). São inúmeros exemplos que evidenciam uma hipercorreção nas cartas com verbos na 2PL, mas apresentam predomínio de 6.

Por outro lado, os exemplos de 37 a 41 podem realmente ser considerados como dados relativos ao paradigma *vós*, porque não só há a forma verbal de 2PL, mas também há formas do mesmo paradigma: *vós/vos, vosso*, etc. O dado que consta em (37) foi retirado de uma carta escrita em 1829 por uma mulher. Mesmo que a remetente escreva para o seu amado, preso, utilizando tanto o pronome *vós* quanto *tu*, tem-se a presença do possessivo *vosso*. O exemplo 10 foi escrito em 1827 por um homem. A carta, escrita para sua esposa, tinha como objetivo dar notícias a ela sobre a família. Como ocorre em (38), nessa carta, exemplificada em (38), tem-se o uso majoritário de *tu*, mas há a presença de *vós* registrado como *voças* (= *vossas*). Os exemplos 39, 40 e 41, retirados de uma única carta, também foram escritos por uma mulher para seu esposo. Entretanto, neste caso, apenas as formas do paradigma de *vós* foram usadas nas formas verbais, além dos clíticos (*peçovos*), complementos (*sem vós*) e sujeito (*vós não deis*).

Dessa forma, percebemos a diferença entre uma carta que apresenta o *vós* como paradigma, exemplos de 37 a 41, e uma carta em que há hipercorreção com verbos na 2PL do pretérito perfeito do indicativo, como é o caso dos exemplos 29 a 36. Neste último caso, predomina o paradigma *tu*, como evidenciamos através dos fragmentos citados.

4.2 O TRATAMENTO EM CARTAS OITOCENTISTAS AO LONGO DO TEMPO

A partir dos dados gerais, é importante analisarmos os resultados obtidos através do tempo, a fim de responder às seguintes questões: durante todo o período estudado, é possível identificar uma distribuição equilibrada, ou não, das variantes? *Vossa Mercê* e as formas nominais apresentam comportamentos estáveis em termos cronológicos? Houve aumento ou diminuição no emprego do pronome *tu* na cronologia investigada, uma vez que *você* apresentou baixíssima frequência de uso? É possível notar indícios de um processo de mudança com a substituição de uma estratégia por outra?

Para o controle da variável tempo, dividimos as cartas em quatro períodos: 1800-1809 (período 1), 1810-1819 (período 2), 1820-1829 (período 3) e 1830-1833 (período 4). O gráfico a seguir mostra tal distribuição das principais variantes ao longo do tempo:

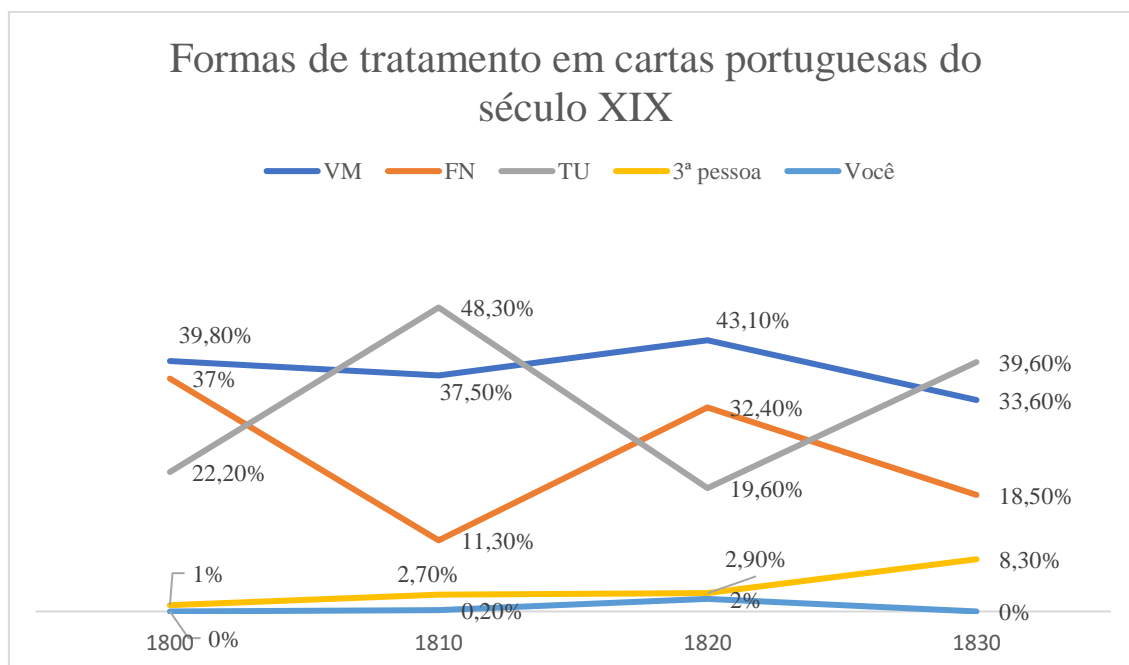


Gráfico 1. Formas de tratamento em cartas portuguesas do século XIX.

A partir do gráfico, podemos perceber, em linhas gerais, comportamentos diferenciados das estratégias tratamentais encontradas nas cartas portuguesas oitocentistas: *Vossa Mercê* apresenta um comportamento estável ao longo das décadas analisadas, ao passo que *tu* se distribui irregularmente no tempo com um incremento a partir de 1830. A forma *você* se mostrou bastante incipiente com índices de frequência bem próximos de zero, ao lado da forma verbal de 3ª pessoa que apresenta uma ligeira ascensão em 1830 de 8,3%.

Em termos comparativos, notamos que, no início do século, há um predomínio de *vossa mercê*, seguido das formas nominais. Entretanto, com o aumento do uso de *tu*, ambas as estratégias de base nominal apresentam uma queda no final do período analisado.

Dessa forma, podemos perceber que, apesar das diferenças percentuais, *Vossa Mercê* e as outras formas nominais tiveram o mesmo padrão curvilíneo, contrastando com *tu*. Aparentemente, as formas originalmente de base nominal estariam em distribuição complementar em relação ao pronome *tu*, ou seja, quando os índices de *vossa mercê* e das formas nominais estão altos, de *tu* estão baixos e vice-versa.

Em termos de uma projeção de mudança, o gráfico mostra uma ascendência de *tu* (e da forma de 3ª pessoa) e um decréscimo das outras estratégias de base nominal. Tal comportamento diacrônico, entretanto, não pode ser discutido sem observarmos a atuação de fatores linguísticos e extralinguísticos, uma vez que o próprio corpus não é homogêneo tanto no que se refere ao quantitativo de cartas por tempo e quanto no que diz respeito ao tipo de

relação entre remetente e destinatário. Assim, daremos ênfase, primeiramente, aos fatores linguísticos e, posteriormente, extralinguísticos, além da cronologia já apresentada.

4.3 FATORES LINGUÍSTICOS: UMA ANÁLISE DO PREENCHIMENTO DO SUJEITO

Em termos estruturais, dividimos os dados em sujeito pleno e sujeito nulo. Nosso objetivo, com esta análise, é perceber se os tratamentos de bases nominais apresentam o mesmo comportamento em relação ao preenchimento do sujeito. Outro aspecto a ser observado é se *você* – forma oriunda de *Vossa Mercê* – assume um comportamento semelhante ao pronome *tu*, preferencialmente nulo, ou ainda mantém taxas de uso altas como sujeito pleno seguindo o comportamento da forma da qual se originou.

Tratando-se do preenchimento do sujeito, foram encontrados exemplos das quatro formas: *Vossa Mercê* (43), *tu* (44), forma nominal (45), e *você* (46). É importante destacar que a 3ª pessoa, por se tratar apenas da desinência do verbo na 3SG, sem a expressão do sujeito, foram contabilizados apenas como sujeito nulo, como em (50).

(43) [**Vmce não sabe**] que os Constitucionaes tem dinheiro e gente (CARDS0168 – 1828)

(44) Porq [**tu não estavas**] em caza das primas (CARDS0018 – 1827)

(45) [**VSa mandara**] te o dia 23 deste mês o Lemoero a lisboa cincoenta mil reis (CARDS0025 – 1823)

(46) [**Voce que tem enchido**] de ignomia os meus parentes (CARDS0164 – 1815)

Já com relação aos sujeitos nulos, há exemplos de todas as principais formas encontradas no *corpus*. Chamamos de sujeito nulo todas as vezes em que o sujeito não era expresso, percebendo-o apenas pela desinência do verbo, seja em 2SG ou 3SG. A diferença entre sujeito nulo de *Vossa Mercê* (47), forma nominal (48) e *você* (49) – ambos concordando em 3SG – para a forma em 3ª pessoa (50), destacada no início desta seção, é porque, nas três primeiras ocorre o sujeito pleno, diferente da última, em que só o verbo é presente em toda a carta. Vejamos os exemplos para elucidar esta questão:

(47) Se [Vmce] isto fizer [**vitara**](= *evitará*) algum porgoizo a sua Caza (CARDS0012 – 1824)

(48) [VSa mandara] logo e logo que esta [**receber**] [**mandara**] a Cadeia do Limoeiro (CARDS0023- 1823)

(49) Por isso, [voce usou] da groçaria que só a voce, e não a ele fazem Réo: com que tempo [**tem**] de antemão (CARDS0164 – 1815)

(50) [] saverá que Moreu o filho do Melmo da Crus da Pedra (CARDS8020 – 1822)

(51) [tu sabes] mto bem que para te eu pagar Cazamento que me [has de apresentar] hu filho que [tiveste] de mim hi [has de criallo] (CARDS0049 – 1831)

Vemos, na tabela a seguir, os dados relativos à frequência de uso do sujeito pleno nas formas tratamentais analisadas na presente pesquisa:

	Vossa Mercê	Formas Nominais	Tu	3ª pessoa	Você	Total
Sujeito Pleno	636/1247 51%	417/819 50,9%	176/850 20,7%	0/106 0%	19/39 48,7%	1248/3061 41%
Sujeito Nulo	611/1247 49%	402//819 49,1%	674/850 79,3%	106/106 100%	20/39 51,2%	1813/3061 59%
Total	1247 40,8%	819 26,7%	850 27,7%	106 3,5%	39 1,3%	3061

Tabela 7. Preenchimento do sujeito

Se levarmos em consideração o valor percentual total do *corpus*, percebemos que há, majoritariamente, o não preenchimento do sujeito, com 59%, o que pode ser explicado pelo fato do PE ser uma língua de sujeito nulo, como afirmara Barbosa, Duarte e Kato (2005), diferentemente do português brasileiro, que tem cada vez mais a tendência de preenchê-lo⁹.

Um exemplo que ilustra esse caso é o uso preeminente do sujeito nulo quando se trata do pronome *tu*, com 79,3%.

Todavia, se atentarmos para as formas de base nominal, predomina o uso do sujeito pleno: *Vossa Mercê*, com 51% e formas nominais, com 50,9%. Em relação ao *você*, encontramos uma pequena preferência pelo sujeito nulo (51,2%), o que pode sinalizar, ainda que timidamente, que a forma *você* começava a se comportar mais como um pronome pessoal do que como o tratamento do qual se originou (*Vossa Mercê*). De qualquer forma, nossos resultados são pouco conclusivos a esse respeito, necessitando observar outros materiais do século XIX e do início do XX.

⁹ “We compare the distribution of overt vs. null subject pronouns in European Portuguese (EP), a prototypical NSL [Null Subject Languages] (cf. Barbosa 1995, 2000), and Brazilian Portuguese (BP), a variety that has been shown to be losing the null subject property (cf. Duarte 1995, 2000; Kato 1999, 2000)” (BARBOSA, DUARTE E KATO, 2005, P.12)

Por enquanto, podemos dizer, a partir dessas diferenças percentuais próximas de 50%, que, quando existe um tratamento que concorda com o verbo em 3SG, há uma modesta inclinação para o preenchimento do sujeito.

Analisaremos, em seguida, os fatores extralinguísticos para procurar entender a diferenciação de uso do tratamento de base nominal em relação, principalmente, ao pronome *tu*, segunda estratégia mais frequente, atrás apenas de *Vossa Mercê*.

Embora seja apenas a terceira estratégia mais utilizada no *corpus* com 819 dados e 26,7% de frequência, as estratégias incluídas no rótulo formas nominais agregam uma variedade bastante expressiva de formas diferenciadas. Para compreender o seu comportamento de uso no *corpus*, iniciaremos a descrição mostrando que formas efetivamente fazem parte desse grupo e a sua distribuição cronológica.

4.4 OUTROS FATORES EXTRALINGUÍSTICOS

4.4.1 As formas de base nominal e sua distribuição cronológica

O *corpus* analisado é bastante complexo e diversificado, apresentando, inclusive, uma quantidade muito grande de formas nominais distintas. Ao longo desta seção, analisaremos a correlação entre os contextos sociais e as estratégias empregadas, dando destaque às mais frequentes, como *Vossa Senhoria* e *Vossa Excelência*. Além disso, observaremos quais estratégias foram efetivamente empregadas como formas nominais plenas ao lado de *Vossa Mercê*. Para dar início, reunimos no gráfico a seguir as estratégias encontradas no *corpus* para mostrar sua distribuição ao longo do tempo.

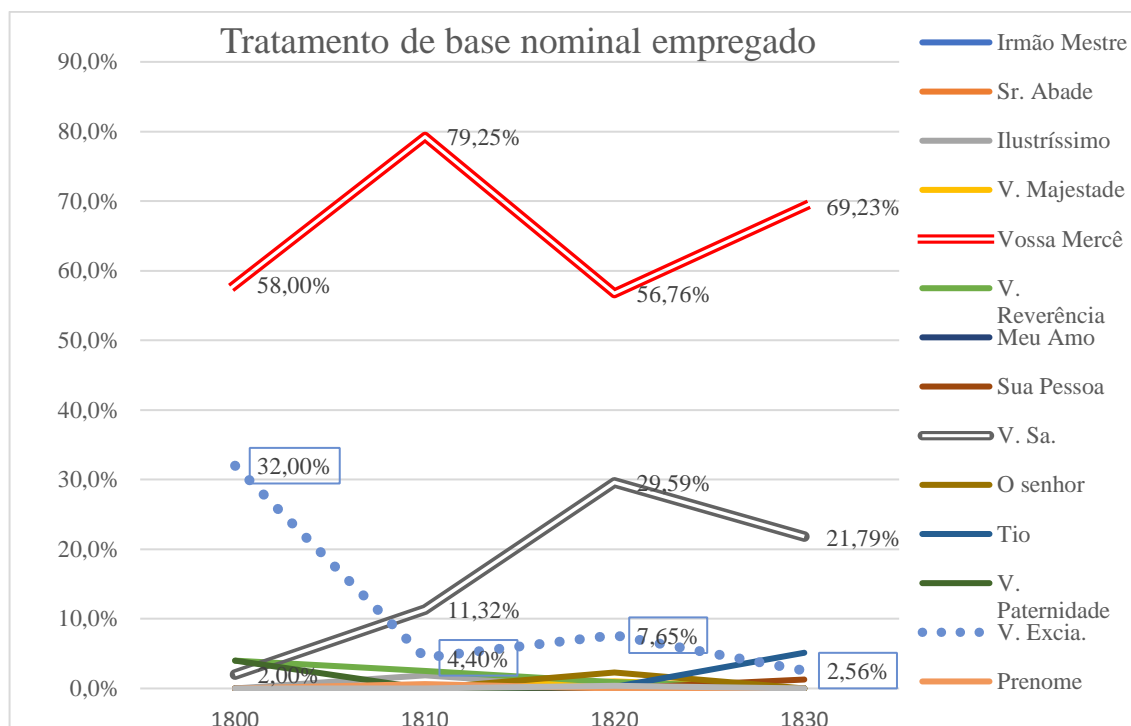


Gráfico 2. Formas nominais, incluindo *Vossa Mercê*, encontradas no *corpus*

O gráfico evidencia a riqueza das formas de base nominal encontradas nas cartas oitocentistas portuguesas. Foram 15 formas nominais encontradas em todo o *corpus*. Algumas apresentam uso incipiente ao longo do tempo, como *Vossa Reverência*, *Vossa Majestade* e *Vossa Paternidade*. Por outro lado, três formas se destacaram em relação à frequência de uso, a saber: *Vossa Mercê*, *Vossa Senhoria* e *Vossa Excelência*.

Como já mostrado no gráfico 1, *Vossa Mercê* é a forma predominante em todo o período controlado, apesar de se mostrar bem irregular, com ascendências e descendências ao longo do primeiro quartel do século XIX. De acordo com o gráfico 2, *Vossa Senhoria* e *Vossa Excelência* estão em distribuição complementar, ou seja, quando uma é frequente, a outra é incipiente, e vice-versa. Em 1800, *Vossa Excelência* era mais produtiva (32%) do que *Vossa Senhoria* (2%), mas esta sofre um decréscimo de uso nas décadas subsequentes, atingindo 3% em 1830. *Vossa Senhoria*, entretanto, vai gradativamente ganhando espaço e aumenta suas frequências a partir de 1810 com 11,32%, chegando a mais de 20% em 1830. É provável que tal comportamento não seja aleatório, mas condicionado pelo espriamento de formas mais solidárias de certa proximidade conforme o tempo avança: a forma mais distante (*Vossa Excelência*) predominou nas décadas mais recuadas enquanto o tratamento menos distante (*Vossa Senhoria*) prevaleceu na documentação mais recente.

Em relação às outras estratégias, as frequências são bastante baixas ao longo de todo o quartel, sendo utilizadas, como mostraremos nas próximas seções, em situações específicas a depender do cargo, título e posição social do destinatário. Vejamos, a seguir, quais foram as motivações para o emprego de uma forma em detrimento de outra.

4.4.2 Relações e papéis sociais dos missivistas

Além da diversidade de formas, encontramos no *corpus* uma grande complexidade das relações distintas entre os missivistas nas cartas que caracterizam a socio-história do português europeu no século XIX. Para facilitar a análise detalhada de cada um desses vínculos na nossa amostra, os dividimos em três níveis, levando em consideração não só a relação entre o remetente e destinatário, mas também o cargo ocupado por este na sociedade portuguesa oitocentista:

1. Destinatários que assumem papéis sociais delimitados com poder de autoridade nomeado pelo rei;
2. Destinatários que atuam socialmente nas áreas vinculadas ao trabalho, seja comercial ou agrícola;
3. Destinatários que fazem parte de um relacionamento mais íntimo com os remetentes, seja no campo familiar ou não.

No primeiro nível, temos aqueles destinatários que possuem funções nomeadas pelo Rei, títulos de nobreza, com postos na hierarquia eclesiástica, jurídica ou militar. Esses são os cargos mais altos ocupados na sociedade, o que leva esses indivíduos para o topo da pirâmide social. Dessa forma, como pretendemos mostrar, para tais pessoas deveriam ser utilizadas, por hipótese, formas de tratamento de base nominal pré-estabelecidas nos manuais de época e/ou nos manuais para secretários. Eventualmente pode haver a forma *Vossa Mercê*, embora os textos da época não sinalizem nessa direção.

O segundo nível refere-se ao grupo social de trabalhadores do comércio ou vinculados à terra, seja comerciante, fazendeiro, proprietário de terra, negociante, lavrador, trabalhador autônomo etc. Por ser um grupo com menos prestígio social, espera-se que *Vossa Mercê* seja mais produtivo do que as formas nominais, pois, na avaliação de Freire (1823, p.326), em um manual de secretário da época, o tratamento *Mercê* deve ser dado aos que não tiverem empregos/cargos de prestígio.

Por fim, no terceiro nível estariam aqueles que compartilham de um relacionamento íntimo, ou seja, amigos, familiares, conhecidos ou até mesmo entre casais. Neste último nível espera-se que o tratamento utilizado seja, predominantemente, o *tu*, visto que este pronome é utilizado em casos de familiaridade e intimidade entre os interlocutores, de acordo com Faraco (2017 [1996]).

Sendo assim, analisaremos, nas próximas seções, os resultados relativos a cada um desses níveis, descrevendo as formas encontradas e retomando o que os manuais do secretário dizem sobre cada uma dessas funções.

4.4.2.1 O topo da pirâmide social: a utilização de formas nominais e os títulos sociais

No *corpus* trabalhado foi encontrado um conjunto de cartas destinadas à alta sociedade do século XIX, incluindo o rei, a própria realeza, a nobreza, o clero, membros do judiciário, da administração pública ou privada, militares e policiais. Schwartz (1995) ressalta que esses grupos visavam

viver sem recorrer a tais atividades [trabalho braçal, ser dono de loja, artesão e outras ocupações]; procuravam antes os rendimentos de aluguéis e cargos públicos (...) Fortuna, domínio senhorial, autoridade sobre dependentes, manutenção e promoção da linhagem e dedicação às armas ou à política constituíam (...) a meta a ser atingida. (SCHWARTZ, 1995, p. 210)

Como afirma Gouveia (2008), a sociedade portuguesa oitocentista era, ainda, muito hierarquizada. Neste sentido, as funções exercidas pelos grupos sociais estavam muito demarcadas, e o poder de cada um deles poderia ainda ficar evidente pelas formas tratamentais utilizadas para se referir a elas. Conseguimos perceber isso com a análise dos manuais dos secretários produzidos nos séculos XVIII e XIX. Esses manuais apresentam cartas compiladas cuja função era, de acordo com Simões (2007), dar instruções e regras sobre a estrutura de cada modelo de carta, bem como explicitar as formas de tratamento que deveriam ser usadas a depender do *status* que tal destinatário tinha na sociedade.

Nesse manual português publicado em 1823 e baseado em outros secretários espanhóis e italianos, o autor orienta aos seus leitores o que um bom secretário deve fazer. É interessante, por exemplo, a menção que faz aos usos tratamentais e ao comportamento que devem assumir para o trato com pessoas “de condição inferior” e “as pessoas ilustres”. Nesse último caso, que nos interessa aqui, Freire afirma que os secretários devem escrever “com estylo respeitoso” quanto ao tratamento, termos e conseqüências das cartas “para não ofender” o destinatário.

Na seção intitulada “Formulario de Tratamentos mui necessários ao Secretario Portuguez” (p.312), Freire enumera as fórmulas a serem utilizadas “para que não nasça por

culpa sua algum pique”. Fica bastante nítida a preocupação com os postos hierárquicos e com os usos adequados a serem empregados “com quem seu Amo não tenha particular confiança, o que lhe he superior pelo nascimento, dignidade, &c ou também se a Carta for de formalidade, e de cerimonia”. Ao fazer menção às hierarquias eclesiásticas (Cardeais, Arcebispos, Bispos, Ministros da Santa Igreja de Lisboa etc.) e seculares (Duques, Marqueses, Condes, Regedor da Justiça, Vice Rei da Índia e do Brasil, Governadores etc.), somente são mencionadas formas de base nominal como: *Reverendíssimo Senhor, V. Eminência, Vossa Excelência, Vossa Senhoria Ilustríssimo, Senhoria*, no primeiro caso, e *V. Excelência, Ilustríssimo, Excelentíssimo Senhor, Senhoria*, no segundo (p.322-326). Partimos dessas referências gerais dos secretários de época para a análise das formas empregadas aos cargos de alto escalão, ou seja, nossa hipótese é a de que a alta frequência de formas nominais nas primeiras décadas do século XIX deveu-se à presença de cartas dirigidas às pessoas pertencentes a grupos hierarquicamente superiores da sociedade portuguesa.

Dessa forma, como se pode perceber na tabela 8, para esses grupos só foram utilizadas formas de base nominal, além do tratamento por *Vossa Mercê*. As outras estratégias – *Tu, você* e 3ª pessoa – não tiveram nenhuma ocorrência na amostra:

Grupo 1: Cargos e títulos do alto escalão social	Formas de tratamento empregadas na posição de sujeito pleno				Total Geral
	FN	%	VM	%	
Realeza	10	100%	-	0%	10
Nobreza	33	97,1%	1	2,9%	34
Clero	64	46,4%	74	53,6%	138
Judiciário	56	65,1%	30	34,9%	86
Administração pública	42	77,8%	12	22,2%	54
Administração privada	8	100%	-	0%	8
Esfera policial	25	100%	-	0%	25
Porteiro real	7	100%	-	0%	7
Patente militar	38	22,8%	129	77,2%	167
TOTAL	283	53,5%	246	46,5%	529

Tabela 8. Formas de tratamento empregadas à alta sociedade

Percebe-se que há um predomínio do uso de formas nominais em quase todos os cargos. Para a realeza (52), administração privada (53), esfera policial (54) e porteiro real (55) as formas nominais tiveram a totalidade do uso (100% em todos os cargos). Em relação à nobreza (56) (97,1%), ao judiciário (57) (65,1%) e à administração pública (58) (77,8%), encontramos o uso

majoritário de formas nominais, com alguns casos de *Vossa Mercê*. Apenas em dois desses nove grupos houve altos índices desta forma: patentes militares (59) (77,2%) e clero (60) (53,6%).

Vejamos alguns exemplos das formas que apareceram para os títulos/cargos deste nível:

(52) Realeza

52a) pois só [**Va Mde**] (= *Vossa Majestade*) como Rei, Senhor e Pai de seus povos, póde ter a satisfação, de consolar ao inocente e tornar o desgraçado felis (CARDS0213 – 1824)

52b) Á vista do q deixo dito, [**Vossa Alteza Real**] Determinará quaes são as providencias q se devem dar em caso tão melindroso, e arriscado; (CARDS0323 – 1823)

(53) Administração privada

53a) Dezejo que [**VSa**] goze de huma perfecta Saude (CARDS5215 – 1822)

53b) Parasendome q o [**snr**] fará o favor de esperar athe este tempo (CARDS6313 – 1828)

(54) Esfera policial

54a) á pouco se observou com aquelles mãos Cidadões, q [**VSa**] tem mandado prender (CARDS0070 – 1827)

54b) tem o [**Senhor Entendente**] hun grande ofesial para esta Delega (CARDS0174 – 1822)

54c) [**V Exa**] como Intendente Geral da Policia tomara sobre o resto do Negocio, as demais medidas q julgar convenientez (CARDS1201 – 1817)

(55) Porteiro real

55a) e Se [**VSa**] quizer que Eu a faça paçandome huma Procuração com todos os poderes (CARDS7156 – 1829)

(56) Nobreza

56a) [**V E**] (= *Vossa Excelência*) ja estará convencido, que na publicação do fatal impresso, não houve complicação alguma (CARDS0217 – 1824)

56b) [**Vm**] participará a sua Alteza Real, q hontem ás oito horas da noite estive com Sandoval (CARDS0318 – 1823)

(57) Judiciário

57a) [**Vmce**] Me pacara huma fé de Rao pa saber o q a de fazer (CARDS6122 – 1805)

57b) Elle sabe q **[VSa]** he seu Amo e por iso nunca se podera esquecer de VSa (CARDS5096 – 1823)

57c) Dezejo q **[Va Exa]** dê conhecimto a El Rei de minhas participações (CARDS0309 – 1823)

57d) Assim **[Va Rma]** (= *Vossa Reverendíssima*) fara o que bem sabe e lhe parecer (CARDS0304 – 1825)

(59) Administração pública

59a) em Cuja ouCazião lhe remeti 15\$840, dizendo-lhe q **[VSa]** daria o resto (CARDS0292 – 1827)

59b) **[V Exa]** melhor que outros Conheçe a nesseçide que há deste Negócio (CARDS7147 – 1819)

59c) **[Vmce]** lhe Emtreguara logo logo o dito dinheiro (CARDS0066 – 1822)

(60) Patentes militares

60a) me Lembro do que o Juiz me dice e do que **[VS]** me dice (CARDS0068 – 1824)

60b) dezejo saber se **[vmce]** ja a entregou (CARDS0117 – 1819)

60c) não he percizo fazer mais viva pintura da ma infernal situação pois **[Va Exa]** bem certo está della (CARDS5050 – 1826)

(61) Clero

61a) Vi a carta que **[V R]** (= *Vossa Reverendíssima*) se dignou deregirnos a mim (CARDS8038 – 1808)

61b) Mas não o fizemos talvez para que o **[Irmão Mestre]** não ficasse sem o seu Collegio (CARDS0231 – 1823)

61c) Olhe pa minha mizera em que ando a trez annos sem poder Alcançar isto que **[Vmce]** tem (CARDS0276 – 1825)

61d) **[V P R]** (= *Vossa Paternidade Reverendíssima*) portanto depois de receber esta ma comunicuera á sua comunidade (CARDS0294 – 1809)

61e) Se **[V Exa]** me fazia o obequezio de mandar emprestar da Sta Igreja (CARDS5057 – 1826)

61f) Dom luis i ho Chuco lhe da a sua palavra de numca ho **[Senhor abade]** ser atacado i podera amdar como emte agora (CARDS5195 – 1823)

61g) Emfim **[sua mce]** conhesse mto bem estas Bestas (CARDS6109 – 1818)

Vale destacar que elencamos, ao longo dos nove grupos identificados, todas as formas de tratamento que apareceram em cada um. Sendo assim, percebemos que algumas funções tiveram uma variedade menor em relação à utilização das formas nominais, como é o caso de (52), (53), (55) e (56). Analisando, então, cada grupo a fim de entender qual a motivação para essa divergência, podemos conjecturar que alguns cargos/títulos correspondem a um universo mais restrito do que outros, como quando nos referimos ao rei ou à nobreza, que se referem a um grupo limitado de pessoas. Os títulos que se inserem, por exemplo, na hierarquia eclesiástica (clero) englobam variados níveis/postos, como Cardeais, Arcebispos, Bispos, Padres, etc. No caso da Realeza, apesar de o tratamento também ter variado ao longo dos séculos, as formas rapidamente eram substituídas por outras, consoante Faraco (2017 [1996]), à medida que as mais antigas chegavam a classes inferiores.

Já no exemplo (55), percebemos que, como se trata apenas de uma única função, porteiro real, só há uma única maneira de se referir a ele, através da forma *Vossa Senhoria*.

Por fim, em referência aos membros da administração privada, apenas *Vossa Senhoria* e *Senhor* foram utilizadas. Se, por um lado, esse grupo abrange diversos cargos e funções, por outro, só existiam cartas para apenas três deles, por isso a pequena variedade de formas.

Todavia, na maioria dos exemplos – (54), (57), (58), (59) e (60) – percebemos uma grande variedade de formas, principalmente para cargos do judiciário e no clero. Isso pode ser explicado pelo fato de dentro desses grupos existir uma hierarquia muito grande, com funções pré-definidas e cargos superiores uns aos outros. Para cada uma dessas nomeações e funções exercidas, utilizava-se uma forma nominal diferente, como podemos ver no caso da hierarquia eclesiástica, presente no manual *O secretario portuguez*, de Francisco José Freire (1823)

Havendo de escrever a Cardeal, porá bem no alto da Carta: *Eminentissimo e Reverendíssimo Senhor*. (...) Havendo de escrever aos principaes da Santa Igreja de Lisboa, será obrigado a dar-lhes o tratamento de *Excellencia*, como Grandes do Reino. (...) Aos ministros da Santa Igreja de Lisboa, que vestem Habito Prelaticio, pertence o tratamento de *Senhoria Illustrissima* (...) Aos Conegos da mesma Santa Basilica deverá tratar sempre com o Tratamento de *Senhoria* (...) Escrevendo o secretario ao Geral Esmoler Mór, aos Reformadores das Ordens Religiosas, aos Geraes das mesmas Ordens, ao D. Prior da Ordem de Christo, aos Provincias das Religiões, e ao Reitor da Universidade de Évora, deverá dar o Tratamento de *Paternidade Reverendissima*. (p. 312, 323-324)

Como percebemos, dependendo do papel exercido dentro da hierarquia eclesiástica, o indivíduo recebia um tratamento e as cartas refletiam essa hierarquização da sociedade, como aponta Tim (2005 *apud* MARCOTULIO, 2008, p.78).

Além dessa questão, é relevante também tentarmos entender o motivo pelo qual os dois grupos, militares e o clero, apresentaram uso majoritário de *Vossa Mercê*, diferentemente de todas as outras funções levantadas.

Quando analisamos a natureza das cartas em que o tratamento *Vossa Mercê* foi utilizado, identificamos, em nove das dezoito cartas observadas, um tom ameaçador em seu discurso. Como já dito anteriormente, nossas cartas pertencem ao *corpus Post Scriptum*, que serviam, majoritariamente, como prova de delitos. Dessa forma, há muitas cartas de criminosos, e muitos ameaçam o destinatário em troca de dinheiro para libertação de prisioneiros, em troca de sustento, etc. Vejamos alguns exemplos para elucidar essa questão:

(62) Pois [Vmce] pode em escriturar a nós todos trez por bem não querer que nós passamos a matallo sem precisão Alguma (CARDS0277 – 1825)

(63) e Logo q Eu Reseva carta do meu camarada q [Vmce] isto não tenha fto Logo marchou Com os meus Camaradas pa lhe tirar qto [Vmce] tiver e aRazarlhe tudo e tirarlhe a própria Vida mmo dentro de Caza (CARDS5261 – 1825)

Em (62), vemos que o remetente intima o destinatário, um padre, a ajudá-lo no que é necessário: pede para o sacerdote inseri-lo, juntamente com dois companheiros, em uma seita satânica. Caso se negue, ameaça-o de morte. Já em (63), o autor pede 20 moedas para libertar um amigo da prisão, ameaçando-o caso se negue a cumprir o pedido.

Por outro lado, as cartas que apresentam *Vossa Mercê* em referência aos militares segue outro comportamento: uma explica o motivo pelo qual o remetente não pagou o dinheiro que devia, outra mostra o motivo pelo ressentimento do missivista; em uma terceira, o autor compromete-se a testemunhar em defesa do destinatário. Houve ainda cartas com pedido de ajuda e cartas em que se pede o cumprimento de uma promessa. Temos, no total, cinco cartas que nada dialogam com o tom ameaçador presentes nas cartas ao clero.

Esse comportamento de *Vossa Mercê* nas cartas em análise dá indícios do desbotamento semântico-pragmático do traço de cortesia, distanciamento e respeito que lhe era próprio nos primeiros tempos. Aparentemente, *Vossa Mercê* já havia sofrido grande espraçamento social que acarretou um uso mais generalizado com a perda de seu caráter de deferência. Interessante destacar que tal emprego é bastante semelhante aos valores atribuídos a *você* no português europeu, conforme afirmam Mendes, Nascimento e Duarte (2018), entre outros. As autoras argumentam que o tratamento *você* pode ser utilizado, nos dias de hoje, tanto como uma forma de tratamento ofensiva como uma forma respeitosa ou familiar (regional ou socialmente

marcada). É possível, então, que a forma *Vossa Mercê*, da qual se originou o *você*, apresentasse um comportamento similar no período oitocentista. No primeiro caso, como forma de tratamento ofensivo para aquelas cartas cujo objetivo era ameaçar o receptor. No segundo, como tratamento respeitoso.

Analisaremos, agora, o uso das formas de tratamento em referência aos grupos de trabalhadores comerciais e agrícolas, e o quanto o *Vossa Mercê* está ligado a essa camada da sociedade.

4.4.2.2 Os trabalhadores e *Vossa Mercê*

Na sociedade portuguesa do século XIX, os trabalhadores nomeados pelo rei ocupavam o topo da pirâmide, como visto no tópico anterior. Dessa forma, consoante Schwartz (1995), os comerciantes, trabalhadores braçais e artesãos tinham ocupações inferiores, sendo destituídos de *status* e prestígio social.

Vemos, de acordo com a tabela 9, que *Vossa Mercê* foi a forma mais utilizada para se referir a esse grupo:

Grupo 2: Trabalhadores comerciais ou agrícolas	Formas de tratamento empregadas na posição de sujeito pleno						TOTAL GERAL
	FN	%	VM	%	TU	%	
Senhorio	-	0%	17	100%	-	0%	17
Fazendeiro ou proprietário de terra	-	0%	39	100%	-	0%	39
Lavrador	1	3,4%	26	89,7%	2	6,9%	29
Trabalhador Autônomo	-	0%	50	100%	-	0%	50
Comerciante	-	0%	55	100%	-	0%	55
Negociante	9	12,3%	64	87,7%	-	0%	73
Empregado para Patrão	15	64,3%	10	35,7%	-	0%	14
Ladrão	-	0%	17	100%	-	0%	17
TOTAL	25	8,2%	278	91,1%	2	0,7%	305

Tabela 9. Formas de tratamento empregadas aos trabalhadores comerciais e agrícolas

Percebemos que os missivistas preferiram, majoritariamente, *Vossa Mercê* para se referir aos grupos dos trabalhadores comerciais ou agrícolas (91,1%). Identificamos oito grupos distintos e, para cinco deles, o emprego de *Vossa Mercê* foi o único tratamento utilizado com 100% de frequência. Tal resultado reitera o que fora observado no tópico anterior, confirmando inclusive o tom de desdém que Freire (1823, p.326) atribui ao item *mercê* no seu manual *O secretario portuguez*:

a quem não fôr condecorado com alguns destes empregos, qualidades e dignidades, não deve dar o Secretario mais Tratamento do que o de *Mercê* (...) e principiará a carta de nenhum modo dizendo: Meu Senhor, ou Senhor meu; porque será causa de que seu Amo se comprehenda nas penas da Lei novissimas do Tratamento.

Como se nota na orientação dada ao autor para a escrita de cartas no século XVIII e XIX, (*Vossa*) *Mercê* não era mais um tratamento adequado a destinatários ilustres “com empregos, qualidades e dignidades”. O autor do manual, depois de citar inúmeros cargos da hierarquia secular que exigiam formas de tratamento prestigiosas e de maior formalidade, como *Vossa Excelência*, *Excelentíssimo Senhor*, (*Vossa*) *Senhoria*, dá a entender pelo tom imperativo (“não se deve dar...”) que empregar *Mercê* era quase que proibido aos cargos hierárquicos superiores e nomeados pelo Rei.

Para outros dois subgrupos que constam na tabela, identificamos variação tratamental com o emprego de formas nominais e do pronome *tu*, mas sem que o *Vossa Mercê* perdesse sua hegemonia (com 89,7% para os lavradores e 87,7% para os negociantes). A forma nominal utilizada como referência em ambos os grupos foi *O Senhor*.

Apenas em um subgrupo as formas nominais foram mais produtivas do que *Vossa Mercê*: no dos empregados quando escreviam para os seus patrões. Como o patrão está hierarquicamente acima do empregado, este vê, como melhor alternativa, a utilização das formas nominais para mostrar respeito e diligência.

Entretanto, percebemos que em ambos os grupos apresentados até agora – de alta sociedade e os trabalhadores – não há intimidade entre os missivistas. Vejamos, então, o quanto esse fator influencia na utilização das formas de tratamento.

4.4.2.3 Intimidade, familiaridade e o uso do *tu*

Nascimento, Mendes e Duarte (2018) afirmam que o uso do *tu* em Portugal, hoje em dia, é geral entre amigos e familiares, ou seja, quando há uma relação de intimidade entre os falantes. Faraco (2017 [1996]) nos mostra, ainda, que já nos séculos XV e XVI esse pronome era utilizado em situações informais da língua. Sendo assim, é possível que esse comportamento

tenha seguido pelo período oitocentista? Será que houve uma grande mudança durante o século XIX em Portugal?

Para responder a essas perguntas, analisamos os dados referentes aos interlocutores que tinham familiaridade entre si. A tabela 10 nos mostra, então, os resultados obtidos:

Grupo 3: Intimidade e familiaridade	Formas de tratamento empregadas na posição de sujeito pleno										
	FN	%	VM	%	TU	%	VC	%	3 ^a	%	TOTAL GERAL
Amigos	78	27,4%	66	23,2%	111	38,9%	12	4,2%	18	6,3%	285
Casal	5	1,5%	126	37%	205	60,1%	-	0%	5	1,5%	341
Primos	5	18,5%	-	0%	22	81,5%	-	0%	-	0%	27
Irmãos	-	0%	7	3,2%	211	95%	-	0%	4	1,8%	222
Compadres	-	0%	22	100%	-	0%	-	0%	-	0%	22
Cunhados	3	6,5%	-	0%	43	93,5%	-	0%	-	0%	46
Padrinho para afilhada	-	0%	12	26,1%	17	37%	-	0%	17	37%	46
Pais para filhos	1	0,6%	-	0%	167	99,4%	-	0%	-	0%	168
Filhos para pais	-	0%	34	94,4%	-	0%	-	0%	2	5,6%	36
Sobrinhos para tios	14	26,4%	39	73,6%	-	0%	-	0%	-	0%	53
Conhecidos	-	0%	25	100%	-	0%	-	0%	-	0%	25
Outros	405	43,2%	392	41,8%	55	5,9%	27	2,9%	58	6,2%	937
Total	511	23,1%	723	32,7%	831	37,7%	39	1,8%	104	4,7%	2208

Tabela 10. Formas de tratamento empregadas na posição de sujeito em grupos de intimidade

Encontramos, na tabela 10, um resultado bastante complexo em relação à utilização das formas de tratamento. Dessa forma, não foi suficiente analisarmos a tabela levando em conta somente a intimidade e familiaridade existente entre os missivistas. Foi preciso, então, atentarmos também para a questão do poder, defendida por Brown e Gilman (1960). Os autores afirmam que a primeira experiência que um indivíduo tem com a subordinação ao poder é

quando se trata de seus pais¹⁰. Ademais, as relações sociais que envolvem poder podem também ser solidárias, como é o caso pais-filhos e tios-sobrinhos.

Por isso, foi necessário dividirmos o grupo em três subgrupos, levando em consideração a teoria do *Poder e da Solidariedade*. Vejamos:

1. Superior > Inferior

- Pais para filhos
- Padrinhos para afilhados

2. Inferior > Superior

- Filho para pai
- Sobrinho para tio

3. Iguais

- Amigos
- Outros
- Casal
- Compadre
- Conhecidos
- Irmãos
- Primos
- Cunhados

Tratando-se de relações solidárias, mas marcadas pelas relações de poder descendentes (superior-inferior), houve um predomínio do pronome *tu* em ambos os casos. Vejamos a tabela:

Superior > Inferior	Forma de tratamento mais utilizada
Padrinho > afilhado	Tu (37%) e 3ª pessoa (37%)
Pai > filho	Tu (96%)

Tabela 11. Forma de tratamento mais utilizada em relações descendentes

¹⁰ “The individual’s first experience of subordination to power and of the reverential *V* comes in his relation to his parentes.” (BROWN e GILMAN, 1960, p.256)

Esses resultados se assemelham ao encontrado por Lopes (2001), pois confirmam a preferência pela forma *tu* em relações de superiores para inferiores em entremezes portugueses dos séculos XVI ao XIX. No caso de padrinho-afilhado, os verbos na 3ª pessoa do singular sem referência também aparecem com 37%.

Já em relações inferiores para superiores, Lopes (2001) encontrou um predomínio da forma *vossa mercê*, exatamente como visto em nosso *corpus*:

Inferior > Superior	Forma de tratamento mais utilizada
Filho > Pai	Vossa Mercê (94,4%)
Sobrinho > Tio	Vossa Mercê (73,6%)

Tabela 12. Forma de tratamento mais utilizada em relações ascendentes

O predomínio da forma *Vossa Mercê* nos mostra um comportamento bastante peculiar ao longo do século XIX. Vimos que ela aparece como um tratamento ofensivo – em cartas com tom ameaçador –, também é comum para se referir aos indivíduos destituídos de *status* na sociedade oitocentista. Já aqui, neste caso, parece-nos que *Vossa Mercê* possui um tom respeitoso, uma vez que é utilizada de inferiores para superiores. Concluimos, portanto, que *Vossa Mercê* apresenta um comportamento flutuante entre a ofensa, o respeito em relações solidárias e o distanciamento entre grupos sociais não-ilustres.

Por fim, no tratamento entre iguais, percebemos uma variedade no predomínio das formas:

Iguais	Forma de tratamento mais utilizada
Amigos	Tu (38,9%)
Casal	Tu (60,1%)
Compadres	Vossa Mercê (100%)
Irmãos	Tu (95%)
Primos	Tu (81,5%)
Cunhados	Tu (93,5%)
Conhecidos	Vossa Mercê (100%)
Outros	Forma nominal (43,2%)

Tabela 13. Forma de tratamento mais utilizada em relações entre iguais

Nas relações entre iguais, percebemos um uso majoritário do pronome *tu*. Essa forma predomina entre amigos, casais, irmãos, primos e cunhados. Como são relações simétricas, ou seja, um indivíduo não exerce poder e autoridade sobre o outro, opta-se, preferencialmente, por esta forma. Este resultado já era esperado, pois, como destacado por Rumeu (2008), o *tu* conservava esse caráter de intimidade. Já quando são compadres ou simplesmente conhecidos, opta-se, preferencialmente, por *Vossa Mercê*. Apenas em “outros” as formas nominais são mais utilizadas.

Analisando o uso de *Vossa Mercê* em cartas trocadas entre conhecidos, encontramos quatro cartas: uma à criada, duas a um assistente – ambos os destinatários não são empregados do remetente –, e uma carta para alguém cujo papel social é desconhecido. Percebemos, então, que *Vossa Mercê* foi utilizado entre iguais de classes inferiores, ou seja, aqueles destituídos de *status*, como afirmamos anteriormente no tópico 4.4.2.2.

Em relação aos compadres, foi preciso nos aprofundar também no conteúdo das missivas. Os 22 dados encontrados pertenciam a apenas duas cartas, que apresentam os mesmos interlocutores. Em uma, o remetente pede desculpa por algo que fez, ao passo que na segunda ameaça o destinatário caso não cumpra o que prometeu. Essas cartas nos mostram, mais uma vez, que a forma *Vossa Mercê* transita entre situações muito distintas.

Vale ressaltar que chamamos de “outros” aqueles cujo papel social era indefinido, além de não ser conhecida a relação entre os missivistas. Nesse caso, tivemos o predomínio das Formas Nominais (43,2%).

Em suma, percebemos uma variedade em relação à utilização dos tratamentos. Quando se trata das formas nominais, são utilizadas para aqueles destinatários de classes sociais elevadas ou pessoas hierarquicamente superiores. Já o *tu* predominava em relações simétricas e íntimas, como ainda continua ocorrendo no PE.

O *Vossa Mercê* apresenta um comportamento bastante peculiar. Seu uso transita entre a ofensa – vistos nas cartas com tom ameaçador –, a intimidade – em relações simétricas de classes inferiores –, e em situações de respeito (que é visto em situações de distanciamento entre classes inferiores; proximidade, mas em relações assimétricas inferior > superior).

5. CONCLUSÃO

Como podemos perceber, o uso das formas de tratamento na sociedade portuguesa oitocentista é bastante complexo, sendo influenciado tanto por fatores linguísticos quanto extralinguísticos. De maneira geral, a forma mais utilizada foi o *Vossa Mercê*, com mais de 40% dos casos. Entretanto, foi preciso também entender em que contextos essas formas apareceram nas cartas.

Em primeiro lugar, pensando no preenchimento do sujeito, 51% de dados do *corpus* foram de sujeito nulo, corroborando o que foi dito por Barbosa, Duarte e Kato (2005), que afirmam que o PE é uma língua de sujeito nulo. Todavia, com a análise de cada forma separadamente, encontramos a maior recorrência de sujeito pleno nas formas nominais, diferentemente das formas pronominais, que apareceram mais como sujeito nulo.

Já em relação aos fatores extralinguísticos, analisamos a influência que os papéis sociais dos destinatários e a relação entre os missivistas tinha na escolha das formas de tratamento. Para isso, dividimos as cartas em três grupos, como visto na seção 4.4.2. O primeiro, aqueles que exerciam funções de alto escalão na sociedade, teve um predomínio de formas nominais como esperado, já que os manuais de secretário da época (FREIRE, 1823) nos mostram um uso específico para essas formas. Esses manuais também afirmavam que, quando o destinatário não exercia nenhuma dessas funções, deveria ser tratado por *Vossa Mercê*, exatamente o que aconteceu em nosso *corpus* (4.4.2.2 *Os trabalhadores e Vossa Mercê*). No terceiro grupo, a forma *tu* foi a mais usada, visto se tratar de relações íntimas e familiares. Esse resultado nos mostra que este pronome, usado desde os séculos XV e XVI em situações de intimidade, manteve esse uso ao longo do século XIX, chegando até os dias de hoje (cf. NASCIMENTO, MENDES E DUARTE, 2018).

É importante ressaltar, ainda, que *Vossa Mercê* foi a forma mais utilizada em relações de intimidade, mas que também envolviam relações de poder (cf. BROWN & GILMAN, 1960), como cartas de filhos para pais e de sobrinhos para tios. Isso nos mostra que esta forma também era utilizada em situações respeitadas, o que, de certa forma, revela que conservava alguns traços do seu uso inicial. Contudo, *Vossa Mercê* também foi muito usado em cartas que tinham como objetivo ameaçar o destinatário, o que demonstrava a semântica ofensiva presente nesta forma de tratamento. Essa diferença nos deixa claro o seu desbotamento semântico-pragmático e seu distanciamento do comportamento assumido pelas outras formas nominais. Parece-nos, por fim, que este uso de *Vossa Mercê* se reflete, ainda hoje, em *você*, já que, como mostrado por Guilherme e Bermejo (2015), este também possui um uso “flutuante”, optando-se pela omissão do pronome e pelo uso apenas da forma verbal em 3ª pessoa do singular.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. por M. E. Galvão Gomes. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARBOSA, P.; DUARTE, M. E. L. e KATO, M. A. *Null subjects in European and Brazilian Portuguese*. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4 (2), p. 11-52. 2005.

BROWN, R. GILMAN, A. *The Pronouns of Power and Solidarity*. In: T. A. Sebeok (ed.), *Style in Language*, MIT Press, 1960, p. 253 - 276

BROWN, P.; LEVINSON, S.. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CONDE SILVESTRE, J. C. *Sociolinguística histórica*. Madrid: Gredos, 2007.

FARACO, Carlos Alberto. *O tratamento você em português: uma abordagem histórica*. *LaborHistórico*, v.3, nº 2, p.114-132, jul | dez, 2017. Republicado de: FARACO, Carlos Alberto. **O tratamento de você em português: uma abordagem histórica**. *Fragmenta*, Curitiba, Ed. da UFPR, nº 13, p. 51-82, 1996

FREIRE, Francisco José. *O Secretario Portuguez*. Lisboa: Impressão de João Nunes Esteves, 1823.

GOUVEIA, Carlos A.M. As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em português europeu. In: *O Fascínio da Linguagem: actas/ Colóquio de Homenagem a Fernanda Irene Fonseca*, 2008. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/92308>.

GUILHERME, Ana; BERMEJO, Víctor. Quão cortês é você? O pronome de tratamento você em Português Europeu. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, 1 (2): 167-180, jul. | dez. 2015.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan M.; CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo. **The Handbook of Historical Sociolinguistics**. LUGAR: Blackwell Publishing, 2012. p. 63-79.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan M.; SCHILLING, Natalie. *The application of the quantitative paradigm to historical sociolinguistics: problems with the generalizability principle*. In:

KOCH, P. *Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced en español*. In: KABATEK, J. (Ed.). **Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas**. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2008. p.53-88. (Lingüística Iberoamericana, 31).

LESKOVA, J. *As formas de tratamento em Português Europeu*. Diplomová práce, Univerzita Palackeho V Olomouci Filozofická Fakulta, 2012.

LOPES, Celia Regina dos Santos. “*Processo evolutivo de “Vossa Merce” > “Voce” (portugues) e “Vuestra Merced” > “Usted” (espanhol)*”. II Congresso Internacional da ABRALIN - Associação Brasileira de Linguística. Fortaleza, publicação *on-line* www.lettras.ufrj.br/abralin, 2001.

LOPES, Célia Regina dos Santos *et al.* A reorganização do sistema pronominal de 2ª pessoa na história do português brasileiro: a posição de sujeito. In: LOPES, Célia Regina dos Santos *et al.* *História do português brasileiro: Mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista*. São Paulo: Contexto, 2018. v. 4, p. 26-141.

MACHADO, Ana Carolina Morito. *A implementação de “você” no quadro pronominal: as estratégias de referência ao interlocutor em peças teatrais no século XX*. Dissertação (Letras (Letras Vernáculas)) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz. *A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio: as formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez linguística*. Dissertação (Letras (Letras Vernáculas)). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

NASCIMENTO, Maria Fernanda Bacelar do; MENDES, Amália; DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. *Sobre formas de tratamento no português europeu e brasileiro*. Diadorim. Rio de Janeiro, vol.20 – Especial, p.245-262, 2018.

PRATAS, Sara Alexandra Pinto. *As formas de tratamento e o ensino de português como língua não materna*. Dissertação (Letras (Português como Língua Estrangeira e Língua Segunda)). Universidade de Coimbra, 2017.

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. *Língua e sociedade: a história do pronome “você” no português brasileiro*. Rio de Janeiro: Ítaca, 2013.

SCHWARTZ, Stuart B. *Uma sociedade escravista colonial*. In: **Segredos internos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.209-223

SIMÕES, José da Silva. *Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro*. Tese (Letras (Letras Vernáculas)). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SOUZA, Janaina Pedreira F. de. *Mapeando a entrada do você no quadro pronominal: análise de cartas familiares dos séculos XIX-XX*. Dissertação (Letras (Letras Vernáculas)) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

VAAMONDE, Gael. *P.S. Post Scriptum: Dos corpus diacrónicos de escritura cotidiana*. **Procesamiento del Lenguaje Natural**, Espanha, set. 2015, n. 55, p. 57-64